

FACULDADES EST  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM TEOLOGIA

CHRISTIANNE SILVEIRA FONTELES

ENSINO RELIGIOSO EM CONTEXTO INDÍGENA:  
UMA PROPOSTA DE PLANO DE ENSINO

São Leopoldo

2024



CHRISTIANNE SILVEIRA FONTELES

ENSINO RELIGIOSO EM CONTEXTO INDÍGENA  
UMA PROPOSTA DE PLANO DE ENSINO

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para a obtenção do grau de  
Mestra em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação  
Mestrado Profissional em Teologia  
Área de Concentração: Teologia  
Linha de Pesquisa: Educação comunitária  
com infância e juventude

Orientador: Prof. Dr. Charles Klemz

São Leopoldo

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F682e Fonteles, Christianne Silveira  
Ensino religioso em contexto indígena: uma proposta  
de plano de ensino / Christianne Silveira Fonteles;  
orientador Charles Klemz. – São Leopoldo : EST/PPG,  
2024.  
83 p. : 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST.  
Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia.  
São Leopoldo, 2024.

1. Ensino religioso – estudo e ensino. 2. Indígenas –  
ensino religioso. 3. Planejamento educacional. I. Klemz,  
Charles, orientador. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

**CHRISTIANNE SILVEIRA FONTELES**

**ENSINO RELIGIOSO EM CONTEXTO  
INDÍGENA: UMA PROPOSTA DE PLANO  
DE ENSINO**

Dissertação de Mestrado  
Para a obtenção do grau de Mestra em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Área de Concentração: Religião e Educação  
Linha de atuação: Educação Comunitária com a  
Infância e Juventude

Data de Aprovação: 12 de junho de 2024

PROF. DR. Charles Klemz (PRESIDENTE)  
Assinado digitalmente

PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> Laude Erandi Brandenburg (EST)  
Assinado digitalmente

PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> Maria José Costa Lima (Faculdades Boas Novas)  
Docente visitante

Assinado  
digitalmente por:  
Charles Klemz  
Data: 19/06/2024  
12:31:56 -03:00



Assinado  
digitalmente por:  
Laude Erandi  
Brandenburg  
Data: 21/06/2024  
11:43:34 -03:00





*Dedico a Deus, tudo que faço em minha vida, a minha família que me apoia em tudo e amigos envolvidos no processo do meu mestrado.*





## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, em primeiro lugar em tudo na minha vida, pois sem ele eu não estaria fazendo a minha contribuição para a educação como profissional.

Em especial, agradeço a minha família. Aos meus pais, Francisco Genezio e Maria Cristina, que dedicaram os cuidados com minha filha mais nova, Maria Alice, para minhas produções escritas e viagens que precisei fazer para o Rio Grande do Sul para as aulas do mestrado. A minha filha Melissa Fonteles, que me ajudou como pode e me incentiva sempre com cada passo que dou em minha carreira profissional. Ao meu esposo, José Carlos, pela paciência e compreensão que teve durante esses dois anos de estudo.

Aos meus colegas de trabalho que me ajudaram de alguma forma a construir meu trabalho, em especial aos gestores da escola pesquisada que me receberam com carinho e atenção.

Aos meus amigos do mestrado, Renata Otoch, Débora Matos, Jéssica Dantas, Maria Valdeziana e Francisco Jardimilson que estavam sempre me incentivando ao longo da conclusão do trabalho e que me fizeram companhia nos momentos difíceis longe da família. Sentirei muita saudade das viagens, compartilhamentos de ideias e conhecimento que adquiri com cada um deles.

Ao professor Dr. Charles Klemz, que me orientou a cada etapa do meu trabalho e entendeu as dificuldades que enfrentei em ter que escrever e trabalhar ao mesmo tempo para com as obrigações que tenho como mãe. Obrigada pela sua dedicação e zelo nas orientações, deixo meu respeito e gratidão.



*O estudo da religião é um assunto complexo e fascinante, que tem desempenhado um papel fundamental na vida de muitas pessoas ao longo da história. Com diversas crenças e práticas religiosas espalhadas pelo mundo, compreender as semelhanças e diferenças entre as principais religiões torna-se uma ferramenta valiosa para a construção de uma sociedade mais plural, tolerante e colaborativa.*

Faustino, 2013, p. 23.



## RESUMO

O Brasil é um estado laico e possui uma pluralidade religiosa. O Ensino Religioso (ER), enquanto componente curricular, considera a pluralidade religiosa em seus documentos normativos. A presente pesquisa tem como tema o ER em contexto indígena, especificamente em escola indígena no município de Caucaia, no Ceará. O objetivo é verificar como o ER ocorre em contexto indígena. Problematisa a formação docente e o material didático. A pesquisa utiliza documentos públicos, como da escola (Projeto político Pedagógico), da Secretaria Municipal da Educação, além das fontes nacionais, até a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Estas fontes são analisadas à luz de referencial teórico. Parte da hipótese de que o ER em escolas indígenas deve contemplar a cultura da comunidade, pois a cultura indígena necessita ser respeitada, valorizada e reconhecida. Isso implica em um planejamento curricular específico para este contexto. A partir disso, a pesquisa propõe planos de aula para o oitavo ano do ensino fundamental contemplando tanto a BNCC como o contexto indígena.

**Palavras-chave:** Ensino Religioso. Escolas indígenas. Planejamento.



## **ABSTRACT**

Brazil is a secular state and has a religious plurality. Religious Education (RE), as a curricular component, considers religious plurality in its normative documents. This research focuses on RE in an indigenous context, specifically in an indigenous school in the municipality of Caucaia, Ceará. The objective is to verify how RE occurs in an indigenous context. It problematizes teacher training and teaching material. The research uses public documents, such as those from the school (Pedagogical Political Project), the Municipal Department of Education, in addition to national sources, up to the National Common Curricular Base (BNCC). These sources are analyzed in light of theoretical references. It starts from the hypothesis that ER in indigenous schools must include the community's culture, as indigenous culture needs to be respected, valued and recognized. This implies specific curriculum planning for this context. Based on this, the research proposes lesson plans for the eighth year of elementary school, covering both the BNCC and the indigenous context.

**Keywords:** Religious Education. Indigenous schools. Planning





## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Mapa das competências gerais.....</b>	<b>28</b>
<b>Figura 2– Reunião indígena .....</b>	<b>43</b>
<b>Figura 3 – Festa da Carnaúba .....</b>	<b>45</b>
<b>Figura 4 – Crianças indígenas na Festa da Carnaúba.....</b>	<b>46</b>



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL.....</b>	<b>23</b>
2.1	ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL: UM BREVE PANORAMA .....	23
2.2	BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM.....	27
2.3	FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	30
<b>3</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DE CAUCAIA .....</b>	<b>35</b>
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA .....	35
3.2	CONTEXTUALIZAÇÃO INDÍGENA DE CAUCAIA: TAPEBA .....	36
3.3	FESTEJOS INDÍGENAS .....	40
3.3.1	Marcha indígena.....	43
3.3.2	Festa da Carnaúba .....	44
3.3.2	Ritual do Toré.....	47
<b>4</b>	<b>O ENSINO RELIGIOSO EM CONTEXTO INDÍGENA .....</b>	<b>49</b>
4.1	REFERENCIAIS CURRICULAR DO CEARÁ: CAUCAIA .....	49
4.2	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO .....	51
4.3	PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD).....	56
<b>5</b>	<b>PRODUTO DA PESQUISA: PLANOS DE AULA PARA O 8 ANO DE ER A PARTIR DA BNCC .....</b>	<b>59</b>
5.1	RELATO PESSOAL.....	59
5.2	PLANOS DE AULA – 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	63
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>75</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>77</b>
	<b>ANEXO 1 – CALENDÁRIO LETIVO 2023 – CAUCAIA/CE .....</b>	<b>83</b>



# 1 INTRODUÇÃO

As famílias têm o dever de matricular seus filhos e filhas na escola. Na contrapartida, o Estado tem o dever de oferecer o ensino de qualidade para que as pessoas possam ser inseridas em uma sociedade com equidade. Nesse contexto, o Ensino Religioso (ER) é um componente curricular oferecido dentro do tempo pedagógico e precisa ser considerado a partir de premissas básicas, como a laicidade e a própria pluralidade religiosa.

Diante disso, a pesquisa tem como tema o ER em contexto indígena, tomando como base uma escola indígena no município de Caucaia, no estado do Ceará.

A pesquisa surgiu do incômodo da pesquisadora enquanto atuante no contexto indígena. A falta de suportes como material didático e formação docente é uma realidade deste contexto. Esta é, no entanto, uma problemática nacional para o ER. A pesquisadora, enquanto professora de escola regular, mas que tem proximidade para com escolas indígenas, já que são diferenciadas, teve a curiosidade em pesquisar e entender como o ER se dá no contexto indígena. Também motivou a curiosidade em pesquisar de forma acadêmica sobre a cultura indígena que é de grande importância para o município de Caucaia, onde atua como professora.

A questão central da pesquisa, portanto, está em verificar como o ER ocorre em escola indígena, considerando o processo de ensino aprendizagem e a relação com a cultura indígena. Analisa o ER identificando as dificuldades enfrentadas por docentes para lecionar o componente curricular sem material didático, sem formação e construção de planejamento baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A hipótese levantada é a de que o ER em escolas indígenas não contempla a cultura da comunidade. A cultura indígena deve ser respeitada e valorizada pela sua comunidade e o ER pode ser um momento para este fim, também. É importante ter docente com carta de pertencimento indígena para o ER da escola indígena pesquisada, pois é preciso conhecer a cultura desse povo para lecionar o componente curricular com propriedade.

A pesquisa foi realizada a partir de uma escola indígena no município de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza, no estado do Ceará, que abrange desde a etapa da Educação Infantil até o nono ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental. O foco é nos anos finais, cujo currículo é norteado conforme as diretrizes que compõem a Secretaria Municipal da Educação de Caucaia. A partir da pesquisa, é elaborada uma proposta de planejamento de aulas para o 8º ano do Ensino Fundamental como produto para o mestrado profissional.

A metodologia trouxe abordagem qualitativa que trabalha com o universo teórico, de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. O percurso metodológico desta pesquisa teve como finalidade responder às inquietações apresentadas pelos objetivos, em concordância com a temática em questão, buscando entender a prática pedagógica dos professores de uma instituição escolar pública indígena no componente curricular de Ensino Religioso, da rede de Ensino Municipal de Caucaia-Ceará.

Pode-se, inclusive, afirmar que o êxito da pesquisa depende, em grande parte, da maneira como a pesquisadora faz a coleta dos dados, sejam eles primários ou secundários. Para coletar as informações necessárias para a realização de sua pesquisa, foi desafio da pesquisadora escolher corretamente os instrumentos de coleta de dados que atendam aos seus objetivos e que estejam de acordo com a técnica utilizada.<sup>1</sup> Nesse sentido, os momentos da coleta de dados primários foram realizados por meio de pesquisa de documentos públicos da escola indígena. Para isso, necessitou de uma carta do orientador apresentando a pesquisadora, ainda que tais documentos devam ser públicos.

Assim, diante do objetivo proposto, a presente pesquisa se caracteriza por ser do tipo exploratório<sup>2</sup>, de caráter descritivo com uma abordagem qualitativa e ocorreu a partir de documentos dos anos de 2022 a 2024, considerando como recorte espacial o município de Caucaia no Estado do Ceará, especificamente, com uma escola indígena da rede pública. Importante enfatizar que a comunidade escolar pesquisada

---

<sup>1</sup> TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

<sup>2</sup> Para Antônio Carlos Gil, a pesquisa exploratória é aquela que envolve levantamento bibliográfico, com o problema pesquisado. Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória, pois seu objetivo é a descrição das características de determinada população ou fenômeno. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a ed. São Paulo: Atlas, 2009.

possui seus documentos atualizados até o momento da pesquisa e segue as orientações sugeridas pela Secretaria Municipal de Educação em relação ao cumprimento do currículo escolar com ressalvas aos documentos próprios da escola indígena que são internos da escola e alinhados de forma democrática com o quadro de funcionários da instituição.

Os dados secundários se fazem essenciais, pois os mesmos dizem respeito ao ER, e especificamente o ER em escola indígena do município de Caucaia. Os dados secundários perpassam por consultas sobre a Formação de Docentes fornecida pelo município. No que tange à abordagem qualitativa, esta se materializa por buscar explicar o porquê das coisas (fenômenos, manifestações, ocorrências, fatos, eventos, vivências, ideias, sentimentos) aprofundando-se na compreensão dos fenômenos estudados, interpretando-os a partir das trocas simbólicas sem necessidade de submissão de provas, pois os dados analisados são não numéricos e se valem de diferentes abordagens a fim de atingirem seus objetivos. Essa abordagem é subsidiada por análise de documentos públicos pertencente à escola em pesquisa.

Como resultado, a compreensão do ER em escola indígena visa sistematizar as informações sobre a percepção da necessidade e importância de material de apoio ao professor para ministrar suas aulas em ER. Dentre os benefícios da pesquisa, constam: a) Levantamento de propostas de orientações a partir do levantamento das demandas; b) A importância de material pedagógico em ER para acompanhamento e construção dos planejamentos; c) Construção de um planejamento de aula como sugestão de material de apoio ao professor.

Para tanto, a pesquisa tem em seu capítulo inicial uma contextualização do ER no Brasil, enfocando não somente as questões normativas, mas, também, a formação docente nesta área. No capítulo seguinte contextualiza o município de Caucaia, fator importante para a educação de forma geral, ou seja, para o ensino e a aprendizagem de qualquer componente curricular, uma vez que se aprende a partir do chão que se pisa. Em seguida, trata do ER no contexto indígena de Caucaia. Finaliza com o produto de mestrado profissional, no caso, planos de aula para o ER, nos anos finais, delimitando para o oitavo ano.





## 2 O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

Na antiguidade, a responsabilidade pela educação recaía sobre a família e a igreja, visando a construção do conhecimento. No Brasil, as instituições escolares emergiram no século XVI, priorizando a classe burguesa e a nobreza, organizando-se por idade e direcionando seus esforços para atender aos interesses do sistema econômico, político e social capitalista global. Seu propósito era capacitar pessoas a obterem cargos e alcançarem uma posição mais privilegiada na sociedade.<sup>3</sup>

### 2.1 ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL: UM BREVE PANORAMA

O Ensino Religioso (ER) na educação é um assunto de muita discussão desde a colonização do Brasil, quando colonizadores impuseram sua ideologia colonialista aos povos que viviam no país como forma de doutrinação. A tradição do ensino religioso no Brasil, portanto, remonta ao período colonial e perdurou durante o Império, mantendo-se sob a égide do modelo confessional católico.<sup>4</sup>

Com a instauração do regime republicano, houve uma movimentação em prol do laicismo na educação, chegando ao ponto de eliminar a disciplina. No entanto, essa iniciativa foi efêmera, e o ensino religioso foi reintegrado ao currículo republicano, perdurando até os dias atuais.<sup>5</sup> O ER traça um novo caminho com a concepção de estado laico e influência da Escola Nova, que segregava as questões religiosas. Segundo Junqueira e Oliveira, as escolas jesuítas tinham o objetivo de catequizar as pessoas e impor a cultura e costumes de Portugal.

[...] é efetivado como cristianização por delegação pontifícia, justificando o poder estabelecido. A educação foi implantada e ministrada sob os auspícios dos Jesuítas. O governo não intervém diretamente como primeiro interessado, nem propõe uma filosofia educacional, pois compete aos religiosos, controlados pelo governo, organizar e fazer funcionar o processo de escolaridade. A grande característica desta fase é uma educação humanista, que se caracteriza por ser individualista, centrada nos valores propostos pelo Renascimento e favorecer a ideologia reinante, empregando métodos tradicionais. O ensino da Religião é questão de cumprimento dos

---

<sup>3</sup> ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2a ed. ver. e ampl. São Paulo: Moderna, 1998.

<sup>4</sup> SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.

<sup>5</sup> CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e religiões: a descolonização religiosa da Escola Pública**. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

acordos estabelecidos entre a Igreja Católica e o Monarca de Portugal. As leis, decretos e instruções em geral põem em primeiro plano a evangelização dos gentios. O caráter disciplinador de toda Catequese concorre para a transmissão de uma cultura que visa à adesão ao catolicismo.<sup>6</sup>

Os ensinamentos favoreciam a elite da corte portuguesa, que escravizou os negros. Indígenas foram catequisados com a fé da religião cristã.

Passando para o período da República, em 1891, com a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, e influência de Rui Barbosa, o ER foi colocado como responsabilidade de cada instituição religiosa posta em prática por meio da laicização do Estado. O Estado Laico é a separação entre Estado e igreja com neutralidade de assuntos religiosos, mas o catolicismo continuou tendo forte influência no Brasil:

[...] se laiciza, repondo a liberdade plena de culto e a separação da Igreja e do Estado [...] e põe o reconhecimento exclusivo pelo Estado do casamento civil, a secularização dos cemitérios e finalmente determina a laicidade nos estabelecimentos de ensino mantidos pelos poderes públicos.<sup>7</sup>

Em 1964, com a ditadura militar no Brasil, o ER sofreu mudanças com novos valores e surgiu Educação Moral e Cívica no currículo escolar com objetivo de fortalecer o civismo, patriotismo e obedecer as leis sem pressupostos religiosos.

[...] ressaltar a necessidade de a evolução nacional ser fundamentada nas tradições cristãs brasileiras, dando ênfase à língua, aos símbolos nacionais, às tradições culturais (inclusive o folclore), ao papel das etnias formadoras, e às biografias sintéticas de brasileiros, já falecidos, cuidadosamente selecionados, que se hajam constituído modelo (sic) de virtudes morais e cívicas.<sup>8</sup>

Fica evidente o objetivo dos governos autoritários e o papel que a educação tem promovido neste processo. O Estado e a igreja se reaproximam novamente ficando a igreja responsável dos ensinamentos da moral para a consolidação das forças militares limitando a formação do cidadão crítico e respeitar a imposição da ditadura militar.

---

<sup>6</sup> JUNQUEIRA, S. R.; OLIVEIRA, L. B. **A construção histórica de um componente curricular brasileiro: o ensino religioso.** 1998. Disponível em: [http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/422SergioJunqueira\\_e\\_LilianBlanc\\_k.pdf](http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/422SergioJunqueira_e_LilianBlanc_k.pdf). Acesso em 5 nov. 2023. p. 2.

<sup>7</sup> CURY, C. R. J. A educação e a primeira constituinte Republicana. In: FÁVERO, O. (Org.) **A Educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 76.

<sup>8</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 05 nov. 2023..

Já na década de 1970, o ER compreendia o ensino da religião, da doutrina, da educação pastoral e da evangelização. A Lei n.º 5.692/71, no artigo 7º, parágrafo primeiro, torna o ER obrigatório nas escolas de ensino fundamental e médio com novas características de forma confessional cristã com concepção ecumênica, interconfessional e inter-religioso com a exigência da formação de professores para a prática pedagógica no espaço escolar a qual a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil assume realizar as formações aos professores. Em 1974, entidades cristãs e evangélicas, passam a se reunirem visando as formações para o ER em nível nacional, estadual e municipais para construção de novos paradigmas de releitura com foco pedagógico.

Entre os anos de 1980 e 1990, houve a redemocratização e mais mudanças aconteceram no ER nas escolas. A publicação Lei nº 9.475/97, que alterou o Art. 33 da LDB o ER tem como objetivo incentivar a diversidade de religiões e culturas encontradas na sociedade.

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997) A “Constituição Militar” prevê que o Ensino Religioso continua sendo de matrícula facultativa e será disponibilizada a disciplina nos horários normais das escolas de primeiro e segundo graus. A emenda constitucional número 1/1969 deixa o mesmo texto da Constituição de 1967. Para manter o status quo, os militares criam disciplinas que formatará seu caráter “alienador”. A segunda LDB (5692/71) obriga a inclusão da disciplina de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de primeiro e segundo graus. Quanto o Ensino Religioso continua com as matrículas facultativas e constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de primeiro e segundo graus. 1967 1969 1971 26 · § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997) § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.<sup>9</sup>

O objetivo da lei proposta é reler os fenômenos religiosos e outras ideias do ponto de vista católico e cristão. Neste sentido, as propostas regulatórias parecem atraente, porque até então todo o pensamento centrado na ciência refere-se apenas à expressão da doutrina.

---

<sup>9</sup> BRASIL. **Lei nº 9.475/97**, de 22 de julho de 1997. Estabelece mudança no artigo 33 da Leis e Diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF: 23 de julho, 1997.

Assim, a partir de 1990, o ER passa a ser reconhecido como direito do cidadão pelo Ministério da Educação fazendo parte do conjunto das dez áreas do conhecimento valorizando o contexto em que cada sociedade vive.<sup>10</sup> O ER passa a ser facultativo nas escolas, o que dificultou e desvalorizou o ensino nas escolas públicas do Brasil.

Art. 97. O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelas ciências da religião| História do Ensino Religioso no Brasil - 19 seu representante legal ou responsável. § 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos. § 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.<sup>11</sup>

Do ponto de vista deste enquadramento legal, torna-se evidente que o papel se esgota ao entender como esse componente curricular pode ser promovido. O próprio conceito de educação religiosa, fundamentado nessa compreensão, é derivado do termo latino "religare", que significa "reconectar" as pessoas às tradições religiosas, neste caso, à Igreja Católica. Romano afirma claramente que o registro dos ensinamentos da autoridade religiosa será apresentado como autoridade religiosa. Consequentemente, é óbvio que a educação religiosa visa tornar as pessoas mais religiosas, conectadas a essa forma específica de doutrina e crença. A Igreja Católica Romana está fortalecendo seus laços dentro do ambiente escolar.<sup>12</sup>

A Lei de Diretrizes e Base da Educação brasileira (LDB), Lei n.º 9.394/96, ressalta a formação do cidadão ativo e tecnicamente competente. O ER tem se reestruturado nas escolas para se adequar à sociedade brasileira de acordo com as necessidades de um povo e seus costumes. O art. 32, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Ensino Fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão, por meio de:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos

<sup>10</sup> BRANDENBURG, Laude Erandi; FUCHS, Henri Luiz; KLEIN, Remi; WACHS, Manfredo Carlos. **Ensino religioso na escola: bases, experiências e desafios**. São Leopoldo: Oikos, 2005

<sup>11</sup> BRASIL, 1996.

<sup>12</sup> MARTINS, Yansen Filippini. **Conflito de normas constitucionais: o estado laico e a liberdade religiosa**. 2018. Monografia de Especialização (Especialização em Direito Constitucional) - Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.<sup>13</sup>

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC), por sua vez, também contempla o ER e dispõe sobre o mesmo.

## 2.2 BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) é um documento norteador que orienta e define as aprendizagens a serem trabalhadas nas escolas públicas e particulares do Brasil, da Educação Infantil ao Ensino Médio, ou seja, a educação básica essencial aos estudantes e promover de forma igualitária, democrática e inclusiva. Ela estabelece competências para nortear as áreas do conhecimento e seus componentes curriculares a serem implementadas no currículo escolar. Previsto no artigo 210 da Constituição Federal de 1988<sup>14</sup> e no artigo 26º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996<sup>15</sup>, a BNCC<sup>16</sup> começou a ser desenvolvido a partir do Plano Nacional da Educação (PNE) em 2014 (BRASIL, 2014).<sup>17</sup>

A elaboração da BNCC construída com a colaboração de milhares de pessoas, inclusive professores, junto ao Ministério Público que foi enviado ao Conselho Nacional de Educação (CNE), responsável por implementar a BNCC sendo aprovado parte em 2017 e finalizando em 2018.<sup>18</sup> O foco da BNCC é o protagonismo do estudante tornando-o um cidadão crítico, com autoconhecimento, empatia e cooperação para um futuro cidadão consciente e responsável.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece o conjunto integrado e progressivo de conhecimentos fundamentais que

---

<sup>13</sup> BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF: 23, dezembro, 1996.

<sup>14</sup> BRASIL, 1998.

<sup>15</sup> BRASIL, 1996.

<sup>16</sup> BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). **Resolução nº 2**, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 41-44, 22 dez.2017a.

<sup>17</sup> BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 25 jun. 2014. Disponível em: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) Acesso em:24 mar. 2023.

<sup>18</sup> BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, DF: MEC: CONSED: UNDIME, 2017b.

todos os estudantes devem adquirir ao longo das diversas etapas e modalidades da Educação Básica.<sup>19</sup> Destaca dez competências gerais que:

[...] se inter-relacionam e perpassam todos os componentes curriculares ao longo da Educação Básica, sobrepondo-se e interligando-se na construção de conhecimentos e habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.<sup>20</sup>

A competência é caracterizada pela utilização e aplicação prática de conhecimentos. As dez competências incorporam elementos das Diretrizes Curriculares Nacionais, buscando também considerar atitudes, valores fundamentais para a vida no século XXI, conforme a Figura 1.



Figura 1 - Mapa das competências gerais

Fonte: Movimento pela base nacional comum<sup>21</sup>

No que tange ao Ensino Religioso, entre a primeira, segunda e terceira versões da BNCC o ER passa por transição entre ser classificado como parte das Ciências Humanas e área específica na versão final da BNCC.<sup>22</sup> A Resolução CNE/CP

<sup>19</sup> BRASIL, 2017, p. 7

<sup>20</sup> BRASIL, 2017, p. 18

<sup>21</sup> Disponível em: [https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2018/03/BNCC\\_Competicencias\\_Progressao.pdf](https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2018/03/BNCC_Competicencias_Progressao.pdf). Acesso em 20 nov. 2023.

<sup>22</sup> BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2018. Disponível em: <Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase> >. Acesso em: 30 mar. 2023.

nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, no Capítulo V (Das Disposições Finais e Transitórias), destaca de modo específico no Art. 23: “O CNE, mediante proposta de comissão específica, deliberará se o Ensino Religioso terá tratamento como área do conhecimento ou como componente curricular da área de Ciências Humanas, no Ensino Fundamental.”<sup>23</sup>

Em conformidade com o exposto no artigo acima, por meio do processo Nº 23001.000168/2009-57, em outubro de 2019, o relator do processo propôs uma modificação no artigo 15 da Resolução CNE/CEB nº 7/2010. Essa proposta visava a alteração do status do Ensino Religioso, propondo sua transição de Área de Conhecimento para componente curricular da área de Ciências Humanas no Ensino Fundamental. O parecer do CNE/CEB Nº: 8/2019 foi aprovado de forma unânime em 8 de outubro de 2019. Com essa aprovação, o Ensino Religioso teve sua condição alterada, deixando de ser uma área de conhecimento conforme aprovado na Base Nacional Comum Curricular, passando a ser novamente um componente curricular vinculado à área de Ciências Humanas. O relator do processo expressou as razões por trás dessa proposta:

Considerando que o artigo 14 da mesma Resolução, explicita que o Ensino Fundamental se organizará por Áreas de Conhecimento; e as similaridades entre os fundamentos da Área de Ciências Humanas e a Área de Ensino Religioso, a exemplo do disposto no item “d”, in verbis: d. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas, com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo, com isso, o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza; Considerando que a inclusão do Ensino Religioso como componente curricular na Área de Ciências Humanas não acena para a restrição dos seus objetivos educacionais, conforme estabelecido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nem tampouco cria dificuldades para que se cumpram as competências e habilidades expressas na BNCC; Considerando, por fim, que a integração do Ensino Religioso na Área de Ciências Humanas pode facilitar o planejamento curricular e a organização administrativa da rotina escolar, sem prejuízo dos seus objetivos educacionais e dos direitos de aprendizagem legais e normativos assegurados aos estudantes e às estudantes. Dessa forma, este Relator propõe a alteração do artigo 15 da Resolução CNE/CEB nº 7/2010, no sentido de que o Ensino Religioso deixe de ser Área de Conhecimento e passe a ser componente curricular da área de Ciências Humanas, no Ensino Fundamental.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> BRASIL, 2017B.

<sup>24</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer do Conselho Nacional de Educação nº CP 8**. Relator: Ivan Cláudio Pereira Siqueira. Brasília, 08 de outubro de 2019. Disponível

Enquanto componente curricular, o ER necessita, como os demais componentes, de formação docente

## 2.3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A Formação de professores deve estar de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) que prever que todos os docentes tenham formação específica de nível superior, obtida em curso de Licenciatura na área em que atuam. Conforme Libânio<sup>25</sup>, a formação de professores, é um conjunto de aprendizados que servem para tomada de decisões coletivamente, formular o projeto pedagógico, dividir com os colegas as preocupações, desenvolver o espírito de solidariedade, assumir coletivamente a responsabilidade pela escola, investir no seu desenvolvimento profissional. Portanto, o professor deve estar sempre disposto a ajudar e compartilhar conhecimentos.

Para Paulo Freire<sup>26</sup>, ensinar exige rigorosidade metódica, não bastando somente ensinar conteúdo. Ele cita a educação bancária na qual o professor é detentor do saber. O professor precisa dar oportunidade ao aluno à criticidade, à capacidade de pensar e usar esse conhecimento como reflexão que possibilite o estudante agregar valores a sua vida social e estudantil tornando-o um cidadão crítico.

Segundo Vygotsky<sup>27</sup>, a aprendizagem é o processo fundamental para que ocorra o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Para que esse processo aconteça é preciso que o aprendiz adquira confiança para identificar-se com o educador para que este aprendiz se desprenda e consiga captar o que está sendo passado a ele na interação comunicativa e afetiva.

Segundo Shigunov Neto e Maciel<sup>28</sup>, para que as mudanças que ocorrem na sociedade atual possam ser acompanhadas, é preciso um novo profissional do ensino, ou seja, um profissional que valorize a investigação como estratégia de ensino, que

---

em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=138411-pceb008-19&category\\_slug=janeiro-2020&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=138411-pceb008-19&category_slug=janeiro-2020&Itemid=30192). Acesso em 07 nov. 2023.

<sup>25</sup> LIBÂNIO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

<sup>26</sup> FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 13

<sup>27</sup> VYGOTSKI, L. S. **Problemas de la psicología infantil**. Madrid: Visor, 1996. (Obras escogidas, Tomo IV).

<sup>28</sup> NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. Refletindo sobre o passado, o presente e as propostas futuras na formação de professores. **Revista Internacional de Formação de Professores**, v. 1, n. 2, p. 172-186, 2016.



desenvolva a reflexão crítica da prática, assim o profissional bem preparado terá um domínio melhor de situações que estão aparecendo de novo no nosso contexto escolar.

No Brasil, a formação docente para o ER ainda está em processo, realizando curso de extensão e especialização para professores ministrarem aulas com mais propriedade. Docentes que lecionam o componente curricular de ER, são, na maioria, docentes de outras áreas que precisam complementar sua carga horária. Assim, a formação docente para o Ensino Religioso na escola é uma questão complexa que envolve aspectos pedagógicos, culturais, sociais e políticos. Como qualquer área do conhecimento, o Ensino Religioso requer pessoas docentes capacitadas e preparadas para lidar com a diversidade de crenças, valores e tradições presentes em uma sociedade plural. Diante disso, é importante considerar alguns pontos-chave, como pluralidade religiosa, competências pedagógicas, abordagem não confessional e diálogo inter-religioso.

A pluralidade religiosa e cultural a partir do Ensino Religioso é uma premissa básica. Conforme aponta Marcio Henrique Silva Ribeiro, a rica diversidade religiosa, cuja liberdade de exercício é garantida pela Constituição de 1988, permanece como alvo de intolerância. Aponta Ribeiro para o par “convivência e comunhão” na escola, enquanto composição para o processo educativo, inclusive como condições para a aprendizagem. Isso leva a um crescimento mútuo propiciando a visualização conjunta e plural da realidade. O oposto significa incentivar uma vida para si, isolada, “[...] em uma educação que provoca o isolamento e o individualismo; uma educação opressora.”<sup>29</sup>

No entanto, isso implica nas competências pedagógicas do corpo docente. Além do conhecimento teórico sobre religião, docentes devem ser capazes de desenvolver estratégias pedagógicas adequadas para ensinar sobre o tema. Isso inclui a capacidade de promover discussões respeitadas, incentivar o pensamento crítico e criar um ambiente de aprendizagem inclusivo. Isso implica

[...] em ressignificar currículos e práticas pedagógicas, para que sejam fomentadores de relações dialógicas e problematizadoras de cosmovisões

---

<sup>29</sup> SILVA RIBEIRO, Marcio Henrique. Experiência pedagógica sobre pluralidade religiosa. **Pesquisas em Teologia**, v. 6, n. 11, p. 124-143, 2023. p. 128.

etnocêntricas e intolerantes, que sustentam processos de colonialidade, exclusão e desigualdade.<sup>30</sup>

Além disso, é pressuposto uma abordagem não confessional, ou seja, que não promova uma religião específica em detrimento de outras. Abimar Oliveira Morais lembra que o estudo da religião de modo não confessional é primordial em vista das finalidades sociais: “[...] formação humana-integral, cidadania e atitude dialógica, à luz das diversidades religiosas, étnicas, culturais e de gênero que se manifestam no cenário nacional.”<sup>31</sup> Docentes devem ser capazes de apresentar as diferentes visões religiosas de forma imparcial, respeitando a liberdade de crença dos alunos.

Isso leva à necessidade do diálogo inter-religioso e intercultural estar presente na competência docente. Para isso, Castro e Olinda destacam a ética da alteridade como um dos fundamentos epistemológicos e pedagógicos. Assim, destacam que a viabilização do diálogo inter-religioso e intercultural se torna possível.<sup>32</sup> A alteridade prioriza a outra pessoa é “[...] reconhecimento e encontro com o outro e a outra [...]”.<sup>33</sup>

Todos estes pontos-chave – pluralidade religiosa, competências pedagógicas, abordagem não confessional e diálogo inter-religioso – necessitam de uma formação acadêmica sólida. A formação acadêmica sólida na área considerando estes elementos inclui conhecimentos sobre história das religiões, filosofia da religião e ética, por exemplo, como bem observa Afonso Maria Ligorio Soares<sup>34</sup>. Isso capacita a abordar o assunto de forma crítica e contextualizada, evitando qualquer viés ou proselitismo religioso.

A formação docente para o Ensino Religioso na escola deve ser abrangente e multidisciplinar, preparando os professores para lidar de forma ética e responsável com a complexidade das questões religiosas em um ambiente educacional

---

<sup>30</sup> CECCHETTI, Elcio; TEDESCO, Anderson Luiz. Rede nacional das licenciaturas em ensino religioso e o movimento de decolonização religiosa da escola. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 31, n. 66, p. 133-149, 2022. p. 139.

<sup>31</sup> MORAES, Abimar Oliveira. Abordagens dos Fenômenos religiosos: cenários e desafios atuais. **Revista Pistis & Praxis**, v. 13, n. 1, 2021.

<sup>32</sup> CASTRO, Rogério Paiva; DE OLINDA, Ercília Maria Braga. Contextualizações do Ensino Religioso na educação pública municipal de Juazeiro do Norte–Ceará: diálogos possíveis. **PLURA, Revista de Estudos de Religião/PLURA, Journal for the Study of Religion**, v. 12, n. 2, p. 206-221, 2021. p. 219.

<sup>33</sup> KLEMZ, Charles. **O rosto de Cristo na diversidade humana das redes sociais digitais**. São Leopoldo, RS, 2023. (177 p.) Tese (Doutorado) - Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2023 Disponível em: [http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/1167/1/klemz\\_c\\_td.pdf](http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/1167/1/klemz_c_td.pdf). Acesso em: 9 out. 2023. p. 159.

<sup>34</sup> SOARES, Afonso Maria Ligorio. Ciência da Religião, Ensino Religioso e Formação Docente. **REVER: revista de estudos da religião**, v. 9, 2009.

diversificado. Essa formação não apenas contribui para o desenvolvimento acadêmico dos alunos, mas também para a promoção da tolerância religiosa e do respeito à diversidade cultural em nossa sociedade.



### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO DE CAUCAIA

Caucaia é região metropolitana da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará. Local de grande diversidade cultural e regional. Caucaia possui praia e serra, conhecidas pela beleza natural, sendo ponto turístico para pessoas do mundo inteiro.

#### 3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA

Caucaia era vila de Fortaleza e só depois, com a determinação do Marquês de Pombal, que suprimiu todas as Aldeias administradas pelos Jesuítas no Brasil, transformando-as em Vilas e Vigariatos. A Aldeia de Caucaia foi transformada em Vila, juntamente com mais cinco aldeias existentes na Capitania do Ceará. O nome Caucaia significa mato queimado. Depois recebeu nome de Vila Nova Real de Soure por determinação da corte portuguesa, por causa de uma freguesia do Bispado de Coimbra, Portugal, pois as regiões político-administrativas conservavam o sistema das antigas freguesias, que tinham autonomia religiosa e política e no dia 15 de Outubro de 1759 passou a ser denominada de Vila Nova de Soure oficializada em 15 de novembro do mesmo ano e pelo Decreto-Lei 1.114, de 30 de dezembro de 1943 passa a se chamar Caucaia.<sup>35</sup>

A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, nome da santa padroeira da cidade, também conhecida como Igreja Matriz de Caucaia é o atrativo histórico da cidade e ponto de referência até os dias atuais.<sup>36</sup>

Caucaia, possui cerca de 1.227,9 km<sup>2</sup>, equivalente a 0,83% da superfície estadual. Em 2022, possui um contingente populacional estimado de 368.918 habitantes e, em 2010, sua densidade demográfica era de 264,91 hab./km<sup>2</sup>. O crescimento populacional apresenta uma significativa expansão urbana. Nesse contexto, desenvolveu-se - em 2012 - um Sistema de Informações Geográficas (SIG) com o objetivo principal de realizar a caracterização socioambiental para auxiliar as atividades vinculadas à gestão e ao ordenamento territorial.

---

<sup>35</sup> CAUCAIA. **O município**. 2023 Disponível em: <https://www.caucaia.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em 19 nov. 2023.

<sup>36</sup> CAUCAIA, 2023.

O IDH de Caucaia é de 0.682 sendo 8º no Ceará (médio), enquanto no Brasil o IDH é de 0,727 (alto). Caucaia possui o 3º maior PIB do Estado (Produto Interno Bruto) e a 2ª maior população. IDH Renda: 10ª do Ceará; IDH Longevidade: 6ª do Ceará.<sup>37</sup>

Caucaia apresenta-se atualmente como um dos principais polos turísticos do Ceará, tendo o segundo maior fluxo turístico do estado com cerca de 300 mil turistas por ano, principalmente devido a influência polarizadora da metrópole Fortaleza e praia do Cumbuco. Em destaque a concentração de empreendimentos e investimentos turísticos no litoral. O principal esporte é o *kitesurf* praticada na praia do Cumbuco, considerada uma das melhores do mundo para a prática do esporte. Aqui há vários campeonatos nacionais e internacionais, sendo visitada constantemente por ícones do desporto como Reno Romeu, Guilly Brandão, Abel Lago, Kristy Jones e Kristin Boese.

Caucaia possui 44 Km de litoral, dos quais, 28 Km fazem parte de sede e os 16 km restantes pertencem ao distrito de Guararu e Catuana, inseridos na Área de Proteção Ambiental do Rio Cauípe e Estação Ecológica do Pecém.

### 3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO INDÍGENA DE CAUCAIA: TAPEBA

Tapeba é uma palavra de origem tupi “[...] uma variação fonética de Itapeva (de itã!tã, isto é, “pedra”; e peva, ou seja, “plano”, “chato”): “pedra plana”, “pedra chata”, “pedra polida” etc.”.<sup>38</sup>

Para Aelco<sup>39</sup>, os Tapeba possuem atualmente 18 comunidades que habitam em diversos locais dentro do município de Caucaia que foram a etnia dos Tapeba: Capoeira, Capuan, Jandaiguaba, Jardim do Amor, Lagoa I, Lagoa das Bestas, Lagoa dos Tapeba, Lameirão, Ponte, Sobradinho, Trilho e Vila dos Cacos, Itambé, Coité, Bom Jesus, Água Suja, Vila Nova e Mestre Antônio.

Segmentos de quatro povos indígenas distintos ali reunidos e vivendo sob diferentes regimes de administração de indígenas e sob diversas legislações

---

<sup>37</sup> CAUCAIA, 2023.

<sup>38</sup> BARRETTO FILHO, H. T. Invenção ou renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. In OLIVEIRA, J. P. de (org). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2a ed. Rio de Janeiro: Contra-capa, 2004. p. 96.

<sup>39</sup> ADELCO, 2018, p. 23.

de ordenamento fundiário ao longo do tempo: os Potiguara originários, os Tremembé, os Kariri e os Jucá.<sup>40</sup>

Segundo Barretto Filho<sup>41</sup> a formação dos Tapeba foi resultado da formação de aldeias jesuítas com início em 1658 que consistiam em retirar os indígenas dos sertões do estado e trazê-los para o litoral, fixando-os próximo aos engenhos de cana-de-açúcar.<sup>42</sup> Os indígenas ficavam sobre a tutela dos padres jesuítas, que impuseram o estudo da cultura europeia, através de músicas, religião e artes em geral, para impor a cultura estrangeira nos índios Tapeba.

Em 1755, surgem as Vilas Pombalinas que extinguiram as aldeias<sup>43</sup>, após a expulsão dos jesuítas. A aldeia que deu origem a formação de Caucaia foi Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres que com a expulsão dos jesuítas a aldeia passa a ser Vila de Soure no ano de 1759 e, posteriormente, município de Caucaia em 1943. Caucaia é derivada da palavra indígena ka'a –o- kai que significa mato queimado.<sup>44</sup>

Em 1850, o governo imperial passou a preocupar-se com a legalidade das terras indígenas, assim “[...] a Lei de Terras nº 60, de 18 de setembro de 1850, foi criada em substituição à lei de concessão de sesmarias”, doação de terra pela coroa portuguesa.<sup>45</sup> A Lei de Terras limitava o uso para o título de compras com implementação de novas diretrizes para o acesso às terras.

Com isso, tem-se o início do movimento de negação da identidade indígena, como consequência da perda dos territórios e desapropriações dos Tapebas, “[...] os aldeamentos indígenas são declarados extintos no Ceará, antes de qualquer outra província do império”<sup>46</sup> e, conseqüentemente, “[...] pouca ou nenhuma evidência é dada aos índios, depois de 1850”.<sup>47</sup>

[...] uma série de classificações depreciativas. Associado a condutas como comer carne de animais encontrados mortos, consumo de álcool,

<sup>40</sup> BARRETTO FILHO, 2004, p. 23.

<sup>41</sup> BARRETTO FILHO, 2004.

<sup>42</sup> SILVA, I. B. P. da. **Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino**. Campinas, UNICAMP, 2003.

<sup>43</sup> SILVA, 2003.

<sup>44</sup> BARRETTO FILHO, H. T. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Tapeba**. Brasília: 2006. p. 96.

<sup>45</sup> LEITE NETO, J. **Índios e Terras: 1850-1880**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006. p. 124-125.

<sup>46</sup> RATTS, A. J. P. **Fronteiras invisíveis: Territórios negros e indígenas no Ceará**. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo, USP, 1996. p. 23.

<sup>47</sup> RATTS, 1996, p. 28.

promiscuidade, desonestidade, roubo e desrespeito pela propriedade alheia, indolência e indisposição para o trabalho.<sup>48</sup>

Para Tófoli<sup>49</sup>, os Tapeba sofriam diversas formas de preconceito, associadas ao seu modo de vida difícil, sua aparência e, principalmente, à sua origem. A igreja católica tem conhecimento do sofrimento do povo Tapeba e se põe à disposição para ajudá-los e resgatar sua cultura.

Em 1972 cria-se o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), um órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Portanto, os indígenas recebem a ajuda da igreja rede de apoio, auxiliando nas lutas pela terra e direitos básicos como educação e saúde e reconstrução de sua identidade com ajuda de Aloísio Lorscheider, Arcebispo de Fortaleza, ou Dom Aloísio, como era conhecido pelos Tapeba.<sup>50</sup>

Afirma Tófoli<sup>51</sup> que, por volta de 1984, os Tapeba passam a ser reconhecidos como indígenas perante à nação e, assim, criam independência e afastam-se gradativamente da Igreja Católica, dando início ao movimento indígena reivindicando seus direitos, principalmente o direito a terra que conseguiram delimitar território Tapeba em 1986 e dois anos depois “[...] o processo foi arquivado, com a justificativa de que eram necessários estudos mais aprofundados”.<sup>52</sup> alegando que a demarcação da terra indígena comprometeria o desenvolvimento econômico do município de Caucaia.

[...] o prazo legal para contraditórios já havia acabado e o processo aguardava resposta da FUNAI junto à justiça, quando a prefeitura de Caucaia moveu uma Reclamação Pública junto ao Superior Tribunal de Justiça, a qual foi votada em junho de 2008 e aceita em primeira instância. A Reclamação contesta a legitimidade do GT alegando a não existência de representante da prefeitura em seu meio, baseado no Mandato de Segurança nº. 5.505; e nega a existência de indígenas na região.<sup>53</sup>

Segundo Adelco<sup>54</sup>, somente em 2010 o processo foi reaberto e atendeu a reivindicação sobre a participação de membros do governo municipal e estadual seguindo a luta indígena pelos seus territórios.

---

<sup>48</sup> TÓFOLI, 2010, p. 215.

<sup>49</sup> TÓFOLI, 2010, p. 73.

<sup>50</sup> AIRES, Max Maranhão Piorsky. De aculturados a índios com cultura: estratégias de representação do movimento dos professores Tapeba em zona de contato. **Tellus**, Campo Grande, ano 8, n. 15, p. 83-112, jul./dez, 2008.

<sup>51</sup> TÓFOLI, 2010, p. 79.

<sup>52</sup> TÓFOLI, 2010, p. 221.

<sup>53</sup> TÓFOLI, 2009, p. 221-222.

<sup>54</sup> ADELCO, 2018, p. 31.



Na contemporaneidade, Caucaia concentra 30% da população indígena do Ceará. São aproximadamente 10.000 indivíduos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre eles estão os Anacés, tribo indígena com menor número de índios.<sup>55</sup>

A formação do território indígena Tapeba encontram em um ambiente urbano, com influências externas que poderiam vir a enfraquecer suas práticas culturais, portanto, desde 1980, os indígenas lutam para repassar a sua cultura às novas gerações com objetivo de fortalecer suas raízes e utilizar a tecnologia a favor das suas lutas e prioridades e que sua territorialidade fosse legalizada e assim, exercer o uso pleno e o controle da área indígena. Em 2017, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) delimitou o território dos índios da Caucaia, porém a área não compreende a todos indígenas ficando dessa forma, a comunidade indígena do Capuan, Itambé e parte da comunidade Jandaiguaba estão fora da delimitação expedida pelo órgão.<sup>56</sup>

As escolas de ensino diferenciado indígena, foi o primeiro espaço de convivência dos índios, destinada a educação de crianças, adolescentes e adultos indígenas. Esse espaço surgiu com os movimentos dos indígenas depois do rompimento com o sistema de ensino aplicado pela Igreja Católica, pois o preconceito com o povo era muito intenso. O professor J. Tapeba explica em entrevista:

V: Em que momento foi sentida pela população indígena a necessidade de criar uma escola diferenciada? Como funcionam e qual sua principal tarefa como professor? J. TAPEBA: Nossas escolas foram criadas no final dos anos 90, e na época poucos docentes detinham de fato o conhecimento convencional exigido pelos órgãos competentes (curso superior). Daí iniciamos mais uma batalha da aceitação sistemática dos costumes tradicionais a serem aplicados na rotina escolar de cada sala de aula bem como no currículo das instituições diferenciadas. O professor indígena é um transmissor dos vastos costumes, formas, práticas, danças, medicina tradicional dentre outros que venham manter a socialização da comunidade indígena e a segurança dos membros da tribo.<sup>57</sup>

Nas escolas, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC são trabalhadas as competências que compõem em conjunto de competências interculturais, como

---

<sup>55</sup> JANGADA ON-LINE. **Caucaia concentra 30% de todos os índios do Ceará**. Especial Índios. 19 de abril de 2019. Disponível em: <https://jangada.online/blogdecaucaia/2019/04/19/caucaia-concentra-30-de-todos-os-indios-do-ceara/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

<sup>56</sup> BARRETTO FILHO, 2006, p. 534.

<sup>57</sup> TÓFOLI, A. L. F. de. **Retomada de terras Tapeba**: entre a afirmação étnica, os descaminhos da demarcação territorial e o controle dos espaços. Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009. p. 223.

artesanato, cultura, dança, música, a prática de esportes indígenas e a história indígena, conforme salienta o professor:

V: Vocês seguem a BNCC? Como é o dia a dia da escola? Quais atividades desenvolvem? J. TAPEBA: São aplicadas as disciplinas tradicionais na grade curricular, projetos mensais artesanais, o ensino uso correto das plantas na medicina tradicional, a importância da participação esportiva diferenciada dentre outras formas aplicadas no plano anual e diário de cada turma. A convivência com os alunos é muito boa, e o ambiente é adequado.<sup>58</sup>

O calendário do município de Caucaia é único, com adequações ao povo indígena respeitando sua cultura e festividades. O calendário da comunidade deve ser respeitado de acordo com sua cultura e festejos. Infere-se que o calendário escolar de Caucaia é um só, porém a comunidade indígena, além de seguir o calendário geral do município, segue o calendário da comunidade em conformidade com as orientações da Secretaria Municipal da Educação.

V: A escola tem algum tipo de calendário com festividades ou eventos que contemplem datas comemorativas indígenas? Como acontecem as festividades? R. TAPEBA: Sim. Essa é uma conquista, nosso calendário é respeitado pela secretaria de educação. E nossos eventos acontecem sem problemas. Nos dias de festa, nós convidamos as crianças da escola e todos da comunidade para juntos mostrarmos a cidade de Caucaia e a quem quiser ver que ainda estamos vivos e fortes. Acreditamos que os eventos auxiliam no fortalecimento da nossa cultura, e fora isso ainda perseveramos na luta pela demarcação das nossas terras. No dia do índio Tapeba, por exemplo, juntos todos se trajam com vestes tradicionais e no centro da cidade fazemos uma marcha, pintados e prontos para continuar.<sup>59</sup>

### 3.3 FESTEJOS INDÍGENAS

A diversidade sociocultural do Brasil é muito rica com grande variedade de grupos étnicos, culturas, história e línguas próprias que somam experiências da nação brasileira.

Nos saberes, na arte, na cultura, na música, na culinária e no modo de vida de cada grupo, podemos ver a diversidade dos povos que conservam sua originalidade para toda humanidade. No Brasil, atualmente, possuem mais de 200 povos indígenas distribuídos nos diversos pontos do país e com mais de 170 línguas diferentes que diversifica mais ainda o modo de vida, cultura, modo de organização social, economia e política, o modo de pensar a vida presente e a vida pós morte

---

<sup>58</sup> TÓFOLI, 2009, p. 223.

<sup>59</sup> TÓFOLI, 2009, p. 536.

expressas em forma de músicas, mitos e rituais conservado como patrimônio vivo e em constante desenvolvimento cultural, com ajuda da escola a comunidade indígena vêm elaborando, ao longo de sua história, complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural. Os valores, concepções e conhecimentos científicos e filosóficos próprios, elaborados em condições únicas e formulados a partir de pesquisa e reflexões originais são resultados desenvolvimento e preservação de suas culturas com autodeterminação têm o direito de decidirem seu destino, fazendo suas escolhas, elaborando e administrando autonomamente seus projetos de futuro. Assim, como a comunidade educativa indígena que se dispõem de seus próprios processos de socialização e de formação das pessoas, para fins educacionais. A escola é o espaço que contribui para esse desenvolvimento das comunidades para valores e princípios da educação indígena tais como: visão de sociedade e relação entre os homens e a natureza, reciprocidade entre os grupos, capacidades e habilidades dentro da tribo, experiência cognitiva e afetiva na formação de crianças e jovens como processo integrado.

A educação, diversificada com várias formas e modalidades entre os índios e não-índios, contribui para o desenvolvimento da educação do indígena que são caracterizados pela comunidade com seus projetos e calendário escolar, com a intercultura no contexto social e político, o bilinguismo/multilinguismo de seus ancestrais como símbolo poderoso identificatório dos grupos indígenas.

No mês de Outubro, os índios Tapeba festejam a Feira Cultural comemorada no Terreiro Sagrado para as comunidades interna e externas, a Festa da Carnaúba e os jogos indígenas no Terreiro Sagrado e comunidade escolar e a Marcha do índio Tapeba comemorada no centro da cidade de Caucaia e para o público em geral.<sup>60</sup>

O terreiro Sagrado fica localizado no bairro Guajiru, terreiro conhecido como Terreiro Sagrado do Pau Branco usado para as práticas esportivas e festividades dos índios, carregado de memória e simbolismo, e é de uso exclusivo do s indígenas Tapeba, que prezam constantemente pela sua preservação ambiental e fazem questão de que as novas gerações convivam e conheçam o local desde muito novas.

---

<sup>60</sup> BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, 1998, p. 22.

O artesanato é a base da economia dos índios Tapeba que usam o espaço do Terreiro Sagrado para suas produções e trabalho. Com a coleta de materiais orgânicos como fibras vegetais de carnaúba, sementes, penas de aves e cabaças, produzem os maracás, os trajes indígenas e as bio-jóias, comercializados a partir de encomendas, ou em eventos e feiras de artesanato. Além do artesanato, o cultivo de plantas alimentares, como milho, feijão, tubérculos e demais culturas, destinado ao consumo próprio de famílias das comunidades e outra parte desses produtos são destinados ao comércio em feiras livres e em quitandas nas estradas.

No Terreiro Sagrado dos Pau Branco, os índios promovem os eventos escolares, dançar o Toré<sup>61</sup> e realizam momentos de espiritualidade. Além disso, usam o território para praticar esportes como natação, arco e flecha e lançamento de toras. No Terreiro, existe uma lagoa dos Tapeba que as mulheres indígenas costumam lavar roupas, os homens pescam e navegam em suas canoas e as crianças praticam natação. A Lagoa, além de possuir um uso material, representa para os Tapeba um lugar de fortalecimento cultural e é exaltada em músicas, poemas e poesias<sup>62</sup> enquanto um ambiente especial.

Os Tapeba usam os espaços do Parque Botânico de Caucaia, único ambiente que não é de uso exclusivo dos Tapeba, localizado no bairro Itambé, ponto turístico da cidade, cultivando plantas medicinais, onde as lideranças buscam espécies vegetais e raízes para a fabricação de remédios caseiros. O Parque possui uma lagoa utilizada pela população em todas as idades, normalmente para o banho; e a biblioteca do parque também é usada por alunos das escolas diferenciadas, para consultas com o intuito de desenvolver trabalhos escolares. No Parque, os Tapeba realizam apresentações de dança, principalmente o toré, e cantam músicas que contem a sua história em suas apresentações.<sup>63</sup>

Em outubro de 2020 o professor J. Tapeba relata que os indígenas possuem dificuldade em conseguir empregos ou serviços temporários devido ao preconceito racial. Quando questionados sobre as vagas de emprego, os Tapeba afirmam que a

---

<sup>61</sup> REESINK, Edwin. O Toré é uma dança ou ritual que encontra disseminado entre quase todos os povos indígenas que habitam na região do Nordeste. O Gavião e a Arara: Etno-histórias Kiriri. In: ALMEIDA, L. S. de; GALINDO, M.; SILVA, E. (Orgs.). **Índios do Nordeste: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 1999b.

<sup>62</sup> Ver: TAPEBA, M. **Quem deu esse nó?** Cânticos tradicionais indígenas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s1taW0uh7Ns>. Acesso em 19 nov. 2023.

<sup>63</sup> ADELCO. **Plano de Gestão Territorial e Ambiental Indígena Tapeba**. Fortaleza, 2018, p. 71.

população trabalha “[...] apenas em postos de saúde indígena, escolas, ONGs e alguns setores governamentais”, uns dos motivos pelo qual parte da população opta por realizar trabalhos mais tradicionais, como a pesca e a fabricação de artesanatos.<sup>64</sup>

### 3.3.1 Marcha indígena

Os Tapeba são conhecidos pela luta do reconhecimento de seus direitos como povos indígenas e pela preservação de sua cultura e território.

Em homenagem ao índio Tapeba, no dia três de Outubro as escolas indígenas realizam a marcha no centro da cidade de Caucaia. A marcha ocorre anualmente e percorre as ruas do Centro do município, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza.

As lideranças indígenas locais e das comunidades, reúnem a população indígena, além das unidades de ensino que possuem educação indígena e usam instrumentos para os cânticos do seu povo como som das maracas, o soar dos tambores e o impacto das bordunas (pedaço de madeira cilíndrico) ao chão. A Figura 2 ilustra a reunião indígena.



Figura 2– Reunião indígena

Fonte: O Povo<sup>65</sup>

<sup>64</sup> ADELCO. **Situação dos Povos Indígenas no Ceará**. Fortaleza, 2018b, p. 73.

<sup>65</sup> Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/caucaia/2023/10/03/indigenas-ocupam-ruas-de-caucaia-em-marcha-de-homenagem-ao-dia-do-povo-tapeba.html>. Acesso em 15 nov. 2023.

A Marcha da Resistência é uma homenagem às violações que Tapeba enfrenta há mais de 30 anos. Esses insultos incluem ameaças, perda de líderes e invasão de territórios indígenas por conquistadores. Na área tradicional de 5.800 hectares, embora limitada, a terra ainda aguarda reconhecimento e demarcação oficial. Mais de sete mil Tapeba vivem em 17 comunidades desta região.<sup>66</sup>

### 3.3.2 Festa da Carnaúba

A Festa da Carnaúba acontece durante três dias consecutivos em 18, 19 e 20 de outubro de cada ano para reverenciar a árvore da vida, pois dela, os índios aproveitam todas as partes para fabricarem objetos. O evento acontece no Terreiro Sagrado do Pau Branco na região do Capuã, onde os indígenas costumam realizar seus rituais e invocam os Encantados, pessoas que já faleceram, pedindo força para lutar e para suportar a dor de perder um guerreiro. O espaço contém diversas ocas que servem para o descanso e venda de produtos confeccionados por eles próprios. Nos dias de eventos as escolas indígenas municipais e estaduais utilizam esses espaços para vender seus produtos. A cera, palha e madeira são partes importantes que são utilizadas para fabricação de medicamentos, objetos de artesanato e construções. Segue ilustração na Figura 3 no evento realizado em 2023.

---

<sup>66</sup> VIEIRA, Lara. **O Povo**, Indígenas ocupam ruas de Caucaia em marcha de homenagem ao Dia do Povo Tapeba, 03 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/caucaia/2023/10/03/indigenas-ocupam-ruas-de-caucaia-em-marcha-de-homenagem-ao-dia-do-povo-tapeba.html>. Acesso em 15 nov. 2023.



Figura 3 – Festa da Carnaúba  
Fonte: A autora

No primeiro e segundo dia de festejo, acontece a feira cultural no Terreiro Sagrado para a venda de produtos que são confeccionados pela comunidade com as partes da carnaúba.

No último dia é o desfile e batismo que tinham como tradição acontecer à meia noite do dia 20, porém a violência na cidade de Caucaia fez a comunidade indígena modificarem os horários do festejo iniciando no período da manhã.

Os preparativos para a festa começam com muita antecedência, principalmente os trajes que são de fabricação própria da comunidade com significado importante para quem os confeccionam para o desfile de encerramento da festa.

O público do desfile são pessoas de várias idades e categorias. A categoria das crianças é a mais concorrida e de traje caprichado pelos familiares e comunidade escolar. Ganhar o desfile tem significado de caráter simbólico no sentido de que quem desfilou o traje se esforçou para fazê-lo bem, e assim, representou sua cultura em forma de espetáculo. Segue a Figura 4, que ilustra crianças que desfilaram em 2023 durante a Festa da Carnaúba.





Figura 4 – Crianças indígenas na Festa da Carnaúba

Fonte: A autora.

Uma bebida característica para o dia do evento é o mocoioró, bebida sagrada produzida a partir da fermentação de vegetais, frutas ou raízes, características do clima do Ceará, sendo o caju um dos principais frutos utilizados para a produção de bebidas indígenas.<sup>67</sup>

Convém destacar que, conforme Aires<sup>68</sup>, docentes conceberam a Festa da Carnaúba como iniciativa para expor uma interpretação da 'cultura' Tapeba ao público não indígena. Durante esses eventos, buscavam sensibilizar as autoridades e os meios de comunicação de massa, particularmente as emissoras de TV e jornais locais, para as questões enfrentadas nas escolas. Para atingir esse objetivo, utilizavam uma abordagem retórica centrada na cultura, conforme descrito por Aires.

<sup>67</sup> PEREIRA, Denise; ESPÍRITO SANTO, Janaína de Paula do. **Culturas e história dos povos indígenas**. Ponta Grossa: Atena, 2020. p. 153.

<sup>68</sup> AIRES, Max Maranhão Piorsky. Visibilidade, estratégias políticas e colonialismo: as demandas por uma escola para os índios Tapeba. **Notícias de antropologia y arqueologia**, Argentina, v. 2, 2003. p. 101.



### 3.3.2 Ritual do Toré

Toré é um ritual indígena praticado por diversas tribos do Brasil, principalmente entre os povos indígenas do Nordeste. É uma celebração espiritual que inclui dança, música e canto e desempenha um papel importante na preservação da cultura e tradições indígenas. Cada tribo tem suas próprias variações do Toré, mas a essência do ritual é compartilhada entre elas. Os elementos gerais do Toré são: Lugar Sagrado onde o Toré é guardado em local sagrado, muitas vezes chamado de "maloca" ou "ocara", uma estrutura circular feita de folhas, madeira e palha, dança e movimento, onde os participantes dançam em círculo no sentido horário. Os movimentos são rítmicos e muitas vezes representam elementos da natureza como animais, plantas e fenômenos naturais. Os participantes cantam e tocam instrumentos tradicionais como maracas e flautas. As canções geralmente são transmitidas de geração em geração e contêm mensagens espirituais e histórias sobre a tribo. O líder espiritual, muitas vezes chamado de "xamã" ou "cacique", desempenha um papel importante no Toré. Ele lidera o ritual, canta canções sagradas e preside a cerimônia. Vestuário: Os trajes tradicionais são penas, pinturas corporais e outras decorações com significado simbólico e espiritual. O Toré é um momento para oferecer orações e intenções, muitas vezes relacionadas à cura, proteção espiritual, gratidão à natureza e conexão com os ancestrais de conexão enraizada na espiritualidade indígena e nas relações tribais com a natureza. Muitas danças e canções refletem essa ligação espiritual com o meio ambiente. É importante sublinhar que o Toré é um ritual sagrado dos povos indígenas e o respeito pelas suas tradições e crenças é essencial. Nos últimos anos, têm sido feitos esforços para preservar e proteger as práticas culturais indígenas, incluindo Toré, de ameaças como mal-entendidos e apropriação cultural.<sup>69</sup>

Na escola em pesquisa, os alunos são recebidos dia de sexta-feira com a prática do Toré. Os alunos são de diversas espiritualidades, mas todos participam do momento, mesmo sendo praticante de outras religiões. A escola é diversificada e atende o público em geral mostrando sua cultura e respeitando as outras religiões.

---

<sup>69</sup> GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Toré e Jurema: emblemas indígenas no Nordeste do Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 60, n. 4, p. 43-45, 2008.



## 4 O ENSINO RELIGIOSO EM CONTEXTO INDÍGENA

Para contemplar o ER em contexto indígena, o capítulo destaca documentos públicos da escola indígena, seguindo as orientações da Secretaria Municipal de Educação de Caucaia (SME). Os documentos utilizados foram: Projeto Político Pedagógico (PPP), planejamentos de professores orientados pelas diretrizes do município e material didático como apoio ao professor. Além dos documentos públicos da escola, foram utilizados documentos da educação básica do Brasil, como: Base Nacional Curricular Comum (BNCC), orientações para a escolha do livro didático, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Currículo do município de Caucaia como documento norteador da educação do município.

### 4.1 REFERENCIAIS CURRICULAR DO CEARÁ: CAUCAIA

O documento norteador para o estado de Ceará e seus municípios foram construídos com a participação ativa da população em diversas áreas de conhecimento. A proposta do Plano de Gestão é constitui uma verdadeira revolução na política de desenvolvimento econômico e social do Ceará.

Uma política que põe o conhecimento e a educação do cidadão em seu centro e que só poderá ser bem-sucedida com a pactuação efetiva e a adesão decidida das forças empresariais produtivas do Ceará, do seu setor acadêmico, dos educadores e da sociedade em geral.<sup>70</sup>

Tal proposta, é de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade fornecendo educação básica ao cidadão para sua formação de trabalho e intelectual capaz de construir um mundo melhor, pois o fortalecimento da educação promove a melhoria de vida da população brasileira.

Na década de 1990, o Ministério da Educação publicou as Especificações Curriculares Nacionais (NCP). O objetivo é fornecer diretrizes e referências para reorientar o desenvolvimento curricular no ensino. Básico. É por esta razão, que se destinam a secretarias de ensino e escolas a adequação necessária a suas regiões e fazendo assim recomendações para programas regionais a serem implementados sob

---

<sup>70</sup> CEARÁ. **Os 7 Cearás**. Proposta didática para alfabetizar letrando do 2o ano: caderno do professor – 1a e 2a etapa. Fortaleza: SEDUC, 2014. p. 179.

projetos educacionais em escolas e salas de aula com participação de representantes de professores com exercício em escola, Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e técnicos da SEDUC, baseada na BNCC que orientam as instituições de ensino para estabelecer e implementar as diretrizes pedagógicas com objetivo de aprendizagem dos estudantes considerando os princípios éticos, políticos, estéticos, equidade, inclusão, educação integral e interação escola/ família/ comunidade.

O ER é considerado, em 1988 pela Constituição da República Federativa do Brasil<sup>71</sup>, parte do currículo dentro das escolas públicas com objetivo de contribuir para a formação do cidadão independente da raça, cor, cultura e religião com direito a construção da cidadania.

De acordo com artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o ER “[...] constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.”<sup>72</sup> Assim, garantir aos estudantes, o conhecimento religioso como investigação científica das diferentes manifestações dos fenômenos religiosos em diferentes culturas e sociedades para a sua essência da formação integral.<sup>73</sup>

Desenvolver uma prática de ensino no ER é um desafio que perpassa pela intolerância religiosa e preconceito e torna-se um componente curricular autônomo com a superação de desigualdade étnico-religiosa garantindo a liberdade de crença e expressão de suas convicções religiosas respeitando a lei nº. 9.394 da LDB que diferencia as aulas de religião tradicional abrangendo a diversidade religiosa que motiva a reflexão das múltiplas realidades em uma sociedade laica.

Em 1997, pela Lei n.º 9.475/97, o ER torna-se disciplina de matrícula facultativa, respeitando princípios religiosos sendo ministrada dentro do horário normal de aula dos estudantes, respeitando diversas culturas e habilitar professores para ministrar o componente e garantir o acesso ao ER a todos estudantes e proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõe o fenômeno

---

<sup>71</sup> BRASIL, 1988.

<sup>72</sup> BRASIL, 1996.

<sup>73</sup> CEARÁ, 2014, p. 176.

religioso. Em 1998, o ER passa a ser área de conhecimento segundo parece nº 04/98 e resolução 02/98.<sup>74</sup>

As Secretarias de Educação junto aos Conselhos de Educação tem se reestruturado para se adequar ao ER nas escolas para garantir a qualidade e profissionais habilitados para lecionar o componente com foco na formação de professores.<sup>75</sup>

A SME elaborou o currículo do Ensino Fundamental com colaboração de vários profissionais da educação da própria rede de ensino em 2023, por meio da Diretoria de Desenvolvimento Curricular com orientação do marco legal de âmbito nacional e estadual, adaptando as necessidades especificadas das diferentes modalidades de ensino como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação indígena, Educação Quilombola e Educação do Campo.<sup>76</sup> Contempla todas as habilidades de cada componente curricular por ano/série, de modo a contribuir com a formação de sujeitos com competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, além de atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, conforme as diretrizes nacionais.<sup>77</sup>

## 4.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Conselho Estadual de Educação (CEE), com o parecer técnico, orienta sua Resolução Nº 474/2018, sobre o pacto firmado da responsabilidade de garantir os direitos à aprendizagem e o desenvolvimento da Etapa Básica em seus níveis Educação Infantil (Creche 0 - 3 e Pré-Escola 4 e 5 anos) e Ensino Fundamental Anos iniciais (6- 10 estando estes em sua idade certa, mas que propõe alternativas que

---

<sup>74</sup> Parecer nº 04/98 e Resolução 02/98. A Resolução 02/98 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, apresenta no seu Art. 3º, inciso IV a Educação Religiosa como área de conhecimento.

<sup>75</sup> BRANDENBURG, FUCHS, KLEIN, WACHS, 2005.

<sup>76</sup> A SME seguiu todo um cronograma de estudo e implantação: 2014 - Elaboração do Plano Municipal de Educação (PME); 2019 - Lançamento do Documento Curricular referencial do Estado do Ceará (DCRC); 2019 - Elaboração dos Currículos Municipais a partir da BNCC e DCRC; 2020 - Lançamento da Proposta Curricular do Município de Caucaia (PCMC); 2021/2022 - Lançamento das Orientações Curriculares Prioritárias do Município de Caucaia (OCPMC); 2023 - Lançamento do Currículo do Ensino Fundamental de 2023 do Município de Caucaia.

<sup>77</sup> BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Matriz de referência de ciências humanas do SAEB**. Brasília, DF: INEP, 2020.

fundamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96<sup>78</sup> sobre os direitos à educação aqueles que não tiveram acesso em sua idade própria.

O CEE, em parceria com os municípios, viabiliza a (re)elaboração dos documentos que devem ser relacionados com as vivências do corpo discente, valorizando seus pertencimentos culturais, históricos e em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com a implementação do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) e da Proposta Municipal de Caucaia (PMC), conforme Parecer nº 0906/2018.

Para atender a documentações exigidas acima citadas, as escolas precisam possuir o Projeto Político Pedagógico (PPP). O PPP é um instrumento de proposta educacional da escola, o papel que desempenha e as responsabilidades da comunidade escolar. O documento precisa ter descritos os desafios a serem enfrentados e os caminhos a serem percorridos para superá-los. O projeto deve ser construído para relacionar-se a função social da escola em seus princípios éticos, estéticos fomentando em uma gestão participativa entre todos os segmentos que a ela compõe.

A resolução supracitada, no capítulo I, Das disposições preliminares em seus § 2º e § 3, afirmam que no exercício de sua autonomia, prevista nos Artigos 12, 13 e 23 da LDB, requer, o “processo de construção de suas propostas pedagógicas e atendimento a todos os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento instituídos na BNCC”.<sup>79</sup>

O documento complementa que os sistemas de ensino e suas respectivas redes de escolas adotarão formas de organização e propostas de progressão que julgarem necessário.<sup>80</sup>

Fica determinado que todos os alunos do Estado do Ceará, sejam da escola pública ou privada, inclusive a militar, sem distinção, desenvolvem as mesmas aprendizagens consideradas essenciais, compreendendo ser a educação o pilar

---

<sup>78</sup> BRASIL, 1996.

<sup>79</sup> CEARÁ. **RESOLUÇÃO Nº 474/2018**. Fixa normas complementares para instituir o Documento Curricular Referencial do Ceará, Princípios, Direitos e Orientações, fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil e do ensino fundamental e orienta a elaboração de currículos e sua implementação nas unidades escolares dos sistemas estadual e municipais do Ceará. Conselho Estadual de Educação, 2018. p. 3.

<sup>80</sup> CEARÁ, 2018, p. 3.

essencial na edificação da sociedade do conhecimento para exercer papel de elemento redutor das desigualdades como fundamento de uma sociedade justa e desenvolvida.<sup>81</sup>

A Secretaria Municipal de Educação (SME), em parceria com Conselho Municipal de Educação (CMEC) de Caucaia, orienta as escolas municipais a (re)estruturarem seus documentos articuladores de forma democrática evidenciando as reais necessidades dos espaços de educação na construção do sucesso escolar.

Para Bacelar e Carmo<sup>82</sup> o entendimento do PPP, permite a gestão escolar exercer de forma coletiva os compromissos que a mesma assume diante de seus segmentos sobre seus serviços desempenhados “favorecendo a compreensão de que é fundamental a aprendizagem de assumir e compartilhar responsabilidades na efetivação desses compromissos” junto à comunidade escolar de forma transparente e democrática.

O presente trabalho teve acesso ao PPP de uma escola a ser pesquisada em seu ER, Escola diferenciada a qual atende a exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, permite a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus sonhos. Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica, documentos norteadores das ações educativas. Apresentando como meta central o desafio de transformar a escola num espaço de vivência democrática, visando à participação efetiva dos diversos setores do universo escolar: diretores, funcionários, professores, alunos, pais e comunidade na formulação e implantação da gestão democrática.

O PPP da escola, leva em conta a trajetória da sua comunidade escolar, a história e a cultura, para garantir um percurso formativo de sucesso para as crianças e os estudantes e cumprir o seu compromisso com a sociedade, em prol de uma educação que busca elevação da qualidade formal e política.

---

<sup>81</sup> CEARÁ, /2018, p. 3.

<sup>82</sup> BACELAR. Lindalva Pereira. **Projeto Político Pedagógico (PPP) Função Social da Escola e Gestão do PPP**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha/UANE/Instituto Albanisa Sarasate, 2016. p. 3.

A construção do documento foi de forma coletiva (com professores, alunos, Grêmio Estudantil, pais e funcionários), para dialogar sobre o Projeto Gestão Democrática<sup>83</sup> para atingir as metas e objetivos a serem alcançados de médio a longo prazo, a partir da Visão e Missão da Escola.

A escola foi fundada em abril de 2004 para beneficiar a comunidade da Jandaiguaba, que necessitava de uma escola onde as crianças pudessem dar continuidade aos Anos Finais do Ensino Fundamental. Contando com a escola anexo atende no Ano de 2022, os seguintes níveis de ensino Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais e EJA totalizando 941 alunos sendo (473 meninas e 468 meninos) destes (50 alunos de tempo integral) matriculados nesta unidade escolar. A escola oferece educação para crianças a partir de 0 ano de idade para fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena inserida na escola; desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades atendidas pela escola; proporcionar aos indígenas a recuperação de suas memórias históricas; a valorização de suas línguas e ciências; garantir aos indígenas, e comunidades circunvizinhas e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas; surge da necessidade de interação dos povos indígenas com os diversos conhecimentos produzidos e utilizados por outras sociedades; retomada da escola como processo político de apropriação e ressignificação da escola dos índios. A escola está situada no bairro Jandaiguaba, abrange a área de acordo com a divisão das rotas determinadas pela Secretaria de Educação, a Rota de acordo com a divisão dos distritos fica localizada no bairro que faz parte do Distrito de Capuan/Caucaia.

Quanto ao espaço da escola, atendem as necessidades para a quantidade de alunos, possuindo todos os espaços necessários ao bom funcionamento escolar.

A comunidade escolar tem participação efetiva no andamento do processo de ensino e aprendizagem buscando a melhoria na qualidade de ensino para os alunos de modo que atinjam o seu pleno desenvolvimento na formação cognitiva, social e

---

<sup>83</sup> BRASIL, 1996. Artigos 14 e 15: garante a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares enquanto princípio de gestão democrática, ressaltando que cabe aos sistemas de ensino assegurar às unidades escolares públicas de educação básica.



moral e que garanta o fortalecimento das identidades e práticas culturais indígenas Tapeba.

O corpo discente é bastante diversificado, não sendo obrigatoriamente indígenas e sim agentes de toda a comunidade como negros, pardos e brancos e de diferentes condições econômicas. Promovendo dessa forma, a interação, favorecendo o respeito entre todos.

A escola trabalha com visão estratégica de inovação, valores com missão de garantir à criança e o estudante o acesso, a permanência com sucesso na escola e o desenvolvimento da Educação Integral humanizada com desafios dentro de uma educação que busca constantemente a qualidade são inúmeros, mas atualmente com o ensino remoto, percebemos que muito se complicou. São desafios ainda maiores, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento familiar. Embora pareça que estando em casa as crianças teriam acompanhamento constante dos responsáveis nas suas atividades escolares, para muitos é exatamente o contrário.

A proposta pedagógica da Escola Diferenciada em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, Constituição Federal (CF), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os dispostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) articulam entre si metodologias de ensino da escola.

A atual gestão do município é o Exmo. Sr. Prefeito Victor Valim, a qual realizou mudanças, conforme os Pareceres dos Conselhos Estaduais e Municipais quanto ao plano de retomada as atividades no ano de 2020<sup>84</sup>, após ter ficado de forma remota por conta da Pandemia da COVID – 19 que orientou a reorganização para o ano de 2021 até os dias atuais de 2023, seguindo novos protocolos de segurança sanitárias pautados no atendimento das crianças, jovens e adultos e na garantia dos direitos de todos os seguimentos da comunidade escolar sem medir esforços em adequar os currículos com os documentos norteadores Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº9394/96), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Proposta Curricular de Caucaia (PCC) e a própria (Re) elaboração do Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno das Unidades Municipais, pois entende a

---

<sup>84</sup> CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Orientações pedagógicas para 2020/ Secretaria de Educação do Estado do Ceará.** Fortaleza: SEDUC. 2019.

construção, como fatores que influenciam na qualidade educacional e na formação de alunos e professores.

O calendário das Escolas Indígenas é diferenciado e construído em comum acordo entre a SME, Sindicato dos Servidores Públicos do município de Caucaia (SINDSEP) e os representantes indígenas.<sup>85</sup>

### 4.3 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD)

O Programa nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é o programa de distribuição de obras didáticos, pedagógicas, literárias e material de apoio das escolas públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos do Brasil, sendo de forma gratuita com objetivo de apoiar o ensino-aprendizagem dos estudantes brasileiros.<sup>86</sup>

Para o município, estado ou federação aderir ao programa é preciso encaminhar Termo de Adesão e se comprometer em colocar em prática a ação e uso do material que será recebido do governo gratuitamente.<sup>87</sup>

Em 2019, Caucaia escolheu seus livros de forma não interessante, pois alguns professores de Caucaia, os quais participam da escolha do livro, escolheram duas opções em diferentes escolas que lecionavam e a escolha veio exatamente como o professor tinha selecionado, precisando fazer dois ou mais planejamentos, situação que desgastou muito o corpo docente nas escolas municipais de Caucaia.

No ano corrente, 2023, a escolha para o material didático para uso em 2024, foi lançada com a escolha de duas opções, porém somente um será aceito, mediante manual fornecido pelo portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).<sup>88</sup> A solicitação na plataforma é realizada pelo diretor da escola, único detentor ao acesso para realizar o pedido.

Quanto à escolha do livro didático de ER em Caucaia, não acontece, pois as escolas trabalham as habilidades da BNCC dentro do planejamento da aula de acordo

---

<sup>85</sup> Calendário pode ser conferido no Anexo 1.

<sup>86</sup> PONTES, Felipe Eversom Camargo. Programas de incentivo à leitura no Brasil: uma análise do PNLD Literário 2020. **Revista Alere**, v. 21, n. 1, p. 251-270, 2020.

<sup>87</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. s/d. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em 10 nov. 2023.

<sup>88</sup> PNLD. **Guia Digital PNLD2024**. Obras Didáticas. [https://pnld.nees.ufal.br/pnld\\_2024\\_objeto1\\_obras\\_didaticas/inicio](https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2024_objeto1_obras_didaticas/inicio). Acesso em 10 nov. 2023.

com a realidade da comunidade. O ER nas escolas indígenas é praticado de acordo com a espiritualidade indígena praticando valores e assegurando que as raízes culturais sejam transmitidas aos alunos.

O calendário respeita o tempo pedagógico do estudante de 800h anuais e estão inclusas as festividades da comunidade indígena.<sup>89</sup>

Há que se observar que o PNLD não fornece material para o ER. Em tempos de Brasil colonial e imperial, quando da interferência da igreja na educação,

As ordens religiosas tiveram um papel central na produção de manuais didáticos voltados para o ensino cristão. Tanto em Portugal como na França os livros didáticos tornaram-se pouco a pouco fundamentais no espaço escolar enquanto recursos no processo de ensino-aprendizagem.<sup>90</sup>

No entanto, em tempo de laicidade, a produção de material para o ER parece não ser importante.

---

<sup>89</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico**. Brasília: MEC, SEB, 2004. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 4).

<sup>90</sup> MATOS, Júlia Silveira. Os livros didáticos como produtos para o ensino de História: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático-PNLD. **Historiæ**, v. 3, n. 3, p. 165-184, 2012. p. 172.



## 5 PRODUTO DA PESQUISA: PLANOS DE AULA PARA O 8 ANO DE ER A PARTIR DA BNCC

Pesquisar o Ensino Religioso em uma escola indígena mostra desafios a serem enfrentados diante de uma cultura bem específica. Mesmo com a experiência em sala de aula, enquanto professora da área de linguagens e códigos, verificam-se dificuldades para a pessoa docente para realizar seus planos de aula, sem materiais e formação específicos.

Com a proposta de elaboração de planos de aula para o 8º ano do Ensino Fundamental, no contexto da cultura indígena, contemplando as suas ancestralidades e espiritualidades, visando a importância do conhecimento dos direitos e deveres dos indígenas para a continuidade de suas tradições para a sociedade e baseados nas competências e habilidades orientadoras da BNCC.

O capítulo inicia com um relato pessoal da experiência enquanto docente de ER e curiosa para com o contexto escolar indígena. Em seguida, destaca os planos de aula a partir das competências e habilidades requeridas pela BNCC.

### 5.1 RELATO PESSOAL

Pesquisar sobre a educação é um grande desafio. Pesquisar sobre a Educação Religiosa em escola indígena é mais desafiador que imaginei. Por isso, é importante destacar o *lócus* da pesquisadora em um breve relato de experiência enquanto professora que passa a ser, também, pesquisadora. Este relato faz parte da abordagem metodológica. Vale ressaltar que o relato da experiência não se limita a ser exclusivamente um relato de pesquisa acadêmica; ao contrário, refere-se ao registro de vivências e experiências pessoais.<sup>91</sup> Essas experiências podem derivar de diversas fontes, como pesquisas, atividades de ensino, projetos de extensão universitária, entre outras.

A partir de Martin Heidegger, Jorge Larrosa Bondía defende que é preciso vivenciar para adquirir a experiência e transformar nossos pensamentos.

---

<sup>91</sup> LÜDKE, M.; CRUZ, G. B. da. Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica. **Formação Docente** - Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 2, n. 3, p. 86-107, 18 dez. 2010.

Experimentar algo implica em sermos impactados por isso, em sermos alcançados por algo que nos afeta profundamente, que nos envolve e nos modifica. Quando falamos em "fazer" uma experiência, não estamos necessariamente afirmando que a criamos, mas sim que a vivenciamos intensamente, que a suportamos, que nos entregamos ao que nos atinge de maneira receptiva, que aceitamos enquanto nos submetemos a algo maior que nós. Fazer uma experiência significa, portanto, permitir que aquilo que nos interpela e nos toque profundamente, permitindo que isso entre em nossas vidas e nos transforme. Podemos ser assim transformados por tais experiências, seja de forma instantânea ou ao longo do tempo.<sup>92</sup>

A curiosidade<sup>93</sup> em pesquisar sobre ER na escola indígena, partiu da minha experiência em sala de aula como professora da Língua Inglesa, sem conhecimento e formação em ER era um desafio constante, pois falar de religião com o mínimo de propriedade, seria na religião que sigo que é a Católica. Mas minhas aulas eram trabalhadas em valores, pois nosso Estado é Laico e eu precisava ser a profissional mais imparcial possível para não desagradar aos meus alunos. E sempre me questionava em como seria minha aula? Como planejo uma aula que abranja aos valores e respeito a meus alunos?

Pesquisava em livros e selecionava o que mais me chamava atenção para minhas turmas, pois eu trabalhei de 2018 a 2021 em duas escolas com ER e cada uma com realidades diferentes e que eu precisava me adequar as diversas demandas que esse componente curricular exigia da minha profissão. Então, ao começar o meu mestrado em Teologia, veio em minha mente que eu poderia pesquisar a escola indígena, já que é uma escola considerada diversificada. Como o ER é abordado nas escolas indígenas?

No início, pensei que existia um material específico que os professores pudessem utilizar de apoio a suas aulas, porém eu não sabia de nada a respeito desse componente tão importante e trabalhado de forma que valoriza os costumes de um povo.

---

<sup>92</sup> BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, p. 20-28, 2002.. p. 25.

<sup>93</sup> Hugo Assmann destaca a relação entre a curiosidade e a criatividade. Menciona que: "A curiosidade é criativa na medida em que é capaz de inovar as formas das coisas que fazem com que elas sejam precisamente o que elas são". ASSMANN, Hugo. **Curiosidade e prazer de aprender: o papel da curiosidade na aprendizagem significativa**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 203.

Eu sempre ouvia falar que a comunidade indígena viva questionando na SME atrás de seus direitos, porém era algo bem distante da minha realidade de sala de aula, pois eu não era professora dessas escolas e nem poderia ser, pois os professores das escolas indígenas precisam ter carta de pertencimento a comunidade para trabalhar nas escolas diferenciadas e eu não sou pertencente.

Em junho de 2021, recebi um convite para trabalhar na SME como Superintendente Escolar para acompanhar 10 escolas na parte pedagógica, mas nenhuma dessas escolas eram indígenas. Por mais que eu não acompanhasse essas escolas, eu comecei a ouvir sobre elas pelas superintendentes que as acompanhavam e fui me familiarizando um pouco sobre a cultura deles, mas ainda bem distante de me aprofundar devida a rotina de acompanhamento das minhas escolas.

Quando pensei em escrever sobre ER, veio em minha mente pesquisar sobre a escola indígena, pois se era desafiador para mim lecionar um componente curricular que não tenho formação, como seria para os professores que lecionam ER nas escolas indígenas?

O município faz escolha de livros didáticos a cada 4 anos e para mim a escola indígena escolhia um livro, porém descobri que não fazem a escolha de livro didático de ER.

Foi desafiador conseguir ir até a escola, pois nada melhor que vivenciar um pouco para me embasar melhor no assunto. Meu tempo é pouco para tantas demandas, mas no dia 27 de setembro, ao visitar uma escola que acompanho próxima a escola indígena, passei na escola em questão para conhecer a escola e o núcleo gestor. Ao chegar na escola, fui bem recebida, mesmo sem ter marcado a visita, o núcleo gestor conversou comigo e pude fazer várias perguntas.

A primeira pergunta foi qual o material que eles utilizavam e a coordenadora me explicou que não tinha livro didático para ER e que os professores que planejavam de acordo com os festejos e datas importantes para a comunidade escolar. Não me senti à vontade, nesse primeiro momento, de pedir para ver os planejamentos, pois apesar de ter sido bem recebida, não achei que eles fossem permitir que eu os visse. Digo isso porque falei que meu mestrado precisaria fazer um produto, planejamento para a aula de ER, para sugerir um material de apoio e no mesmo instante a coordenadora falou que o material deles é de escolha do professor e que tem muita

coisa que são compartilhados somente com eles sendo interno da escola, mas que eu poderia visualizar para facilitar minha pesquisa. Eles me convidaram para a Marcha do índio que aconteceria no dia 03 de outubro e para a festa do Pau Branco no final do mês. Infelizmente, não consegui ir a marcha, mas pedi uma pessoa que registrasse o momento para eu ver.

Fui à Festa da Carnaúba no último dia que foi o batismo das crianças e os desfiles. Confesso que foi um dos momentos mais enriquecedores do meu período de pesquisa, pois nada melhor que vivenciar o momento para ter mais veracidade na construção do trabalho, além do meu encantamento por cada detalhe da festa. Os estudantes passam o ano se preparando para esse momento que são muito trabalhados durante as aulas de ER na escola. Enquanto eu fazia compras de produtos do artesanato indígena, pude conversar com algumas crianças que estavam ajudando aos seus pais na venda e os perguntei se eles gostavam das aulas de ER e o que eles mais estudavam e eles me responderam que estudavam sobretudo dos indígenas e que as aulas eram muito legais. Uma das crianças, disse que era de outra religião, mas que participava de tudo dos indígenas e não trocava a escola dele por outra que não seja indígena. Achei a fala deles muito verdadeira e de profunda admiração pela espiritualidade indígena.

Fiz uma pintura indígena no meu braço direito que, segundo o indígena que a fez, significa proteção. A pintura é realizada com o líquido extraído do fruto jenipapo que tem duração de 15 dias. Os indígenas costumam fazer as pinturas em seus corpos nos eventos e rituais.

O atual governo do Estado do Ceará tem valorizado a demarcação de terra dos indígenas e no dia 01 de novembro de 2023 aconteceu o evento no Terreiro Sagrado para a assinatura de Acordo de Cooperação para a Demarcação de Terras Indígenas do Ceará. O evento contou com a participação do atual governador Elmano de Freitas, Ministra dos povos indígenas, Sônia Guajajara e o Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Joênia Wapichana, além da presença dos membros da Secretaria Municipal de Educação de Caucaia e toda comunidade indígena do município. Infelizmente, não pude participar do evento porque aconteceu durante meu horário de trabalho, mas acompanhei através dos registros realizados pelos colaboradores da SME que se fizeram presentes e me falaram como foi o evento, além de acompanhar pelo *Instagram* do Governador.



No dia 10 de novembro fui assistir o ritual do Toré simbólico que acontecem em todas as sexta-feira. Os alunos ficam em roda enquanto um grupo de professores e alunos tocam instrumentos e cantam as músicas dos rituais indígenas para os encantados. O ritual é bem rápido, durou cerca de dez minutos, mas de grande significado para começar bem o dia dos estudantes e comunidade escolar. Ao terminar o ritual, encontrei uma professora de ER que, cordialmente, conversou comigo sobre o trabalho dela em sala de aula. A docente me chamou para conversar na biblioteca da escola e me mostrou todos seus planejamentos. Como seu componente curricular é geografia, ela sempre faz um *link* entre as atualidades do mundo com os dois componentes, ER e Geografia.

Atualmente, a docente está trabalhando a habilidade EF05ER05 para identificar os elementos da tradição oral nas culturas e religiosidades indígenas, afro-brasileira, ciganas, entre outras. Nessa habilidade, o foco acontece na conscientização ao respeito a culturas, desse modo, explicar a diferença entre as culturas religiosas. Tive a oportunidade de ver os planejamentos da turma que a docente leciona ER e me ajudou bastante para a construção do meu produto.

## **5.2 PLANOS DE AULA – 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Cabe mencionar que a pesquisa buscou conhecer, através de registros de planejamentos, a maneira como docentes de ER trabalham o componente curricular voltado para a espiritualidade indígena. Isso porque o corpo docente de ER não possui formação para lecionar o componente. Dos quatro professores de ER da instituição, apenas um deles possui especialização em Teologia. A escola realiza matrícula de estudantes da comunidade em geral, não somente de indígenas. Por esse motivo as aulas precisam abranger a todos os grupos, sem intolerância à religião, mas apresentada a espiritualidade indígena com frequência dentro da rotina escolar.

A instituição adota a corrente pedagógica sociointeracionista sugerida pelo município.

A aprendizagem se constitui de conteúdos estruturados e organizados, os quais, por sua vez, são repassados por meio de uma interação social que tem como objetivo alcançar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social de um

aluno e, dessa maneira, a sua integração em seu meio social como um ser transformador desse meio.<sup>94</sup>

Dessa forma, o estudante constrói seu aprendizado dentro do processo educativo e se desenvolve como ser humano capaz de ter criticidade e colaborar com a sociedade em que vive fortalecendo os aspectos sociais, afetivos e cognitivos.

Observou-se que o papel da pessoa docente na escola é de fundamental importância na construção e desenvolvimento da espiritualidade indígena sendo ela detentora do saber, pois para ser docente da escola indígena deve ter carta de pertencimento indígena para dar continuidade às tradições indígenas, principalmente pelo fato de que não possui formação continuada de ER no município de Caucaia.

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento.<sup>95</sup>

Portanto, a pesquisa verificou que a pessoa docente realiza seus planejamentos baseados na Base Nacional Comum Curricular, com orientações próprias da instituição escolar abordando a espiritualidade indígena.

São três as Unidades Temáticas em Ensino Religioso, a saber: Identidades e Alteridades; Manifestações Religiosas; Crenças Religiosas e Filosofias de Vida.

A unidade temática Manifestações religiosas, em que se pretende proporcionar o conhecimento, a valorização e o respeito às distintas experiências e manifestações religiosas, e a compreensão das relações estabelecidas entre as lideranças e denominações religiosas e as distintas esferas sociais.<sup>96</sup>

A unidade "Manifestações Religiosas", que inclui "Místicas e Espiritualidades" e "Lideranças Religiosas" como objetos de conhecimento, representa o domínio educacional que engloba territórios sagrados e todos os elementos associados, como rituais, símbolos e espiritualidades. Este é um campo extenso e enriquecedor a ser investigado, levando em conta diversas culturas, narrativas, fontes e saberes.

---

<sup>94</sup> FOSSILE, Dieysa K. Construtivismo versus sócio-interacionismo: uma introdução às teorias cognitivas. **Revista ALPHA**, Patos de Minas: UNIPAM, v. 11, p. 105-117, ago. 2010. p. 114.

<sup>95</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 52.

<sup>96</sup> BRASIL, 2018, p. 439.

Na unidade temática Crenças religiosas e filosofias de vida, são tratados aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, particularmente sobre mitos, ideia(s) de divindade(s), crenças e doutrinas religiosas, tradições orais e escritas, ideias de imortalidade, princípios e valores éticos.<sup>97</sup>

A Unidade Temática "Crenças Religiosas e Filosofias de Vida" busca explorar diversos aspectos da existência humana e sua conexão com o sagrado. Essa abordagem engloba símbolos, mitos, rituais, princípios éticos, vida e morte, a influência de lideranças, direitos humanos, além de contemplar vários elementos das tradições religiosas registradas por escrito.

O Ensino Religioso na BNCC e na educação dos estudantes brasileiros apresenta como principais pontos positivos a abordagem da busca de sentido, seja ela de natureza religiosa ou não, na construção da identidade e no projeto de vida dos educandos. Além disso, destaca-se a inclusão da discussão sobre a diversidade de possibilidades, as especificidades culturais de um povo e o reconhecimento de tais diversidades como igualmente válidas.

Para a elaboração dos planos de aula, considerou-se o conjunto de competências delineadas para o Ensino Religioso na BNCC:

Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.

Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.

Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.

Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e de viver.

Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.

Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> BRASIL, 2018, p. 439

<sup>98</sup> BRASIL, 2017a, p. 437.

Verifica-se que, de modo geral, nas competências específicas de Ensino Religioso, o primeiro ponto a ser destacado é que prevalece o caráter não confessional no texto, o que coloca em evidência que novas perspectivas epistemológicas estão ganhando espaço e sendo consolidadas.

Com base na BNCC<sup>99</sup>, o Ensino Religioso tem como metas os seguintes objetivos:

a) Facilitar a compreensão dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das expressões religiosas observadas na realidade dos estudantes;

b) Fornecer informações sobre o direito à liberdade de consciência e crença, com o contínuo propósito de promover os direitos humanos;

c) Desenvolver competências e habilidades que incentivem o diálogo entre perspectivas de vida religiosas e seculares, promovendo o respeito à liberdade de concepções e ao pluralismo de ideias, conforme estabelecido na Constituição Federal;

d) Contribuir para que os alunos construam seus próprios significados de vida com base em valores, princípios éticos e cidadania.

Os objetivos apresentados evidenciam que o processo de ensino e aprendizagem precisam partir da realidade do corpo discente. Nesse sentido, os planos de aula buscam seguir as competências estabelecidas pela BNCC, mas com o pé no *lócus* indígena.

Para o primeiro plano de aula se destaca como tema as crenças religiosas e a filosofia de vida à luz das convicções e atitudes. Trata-se de valorizar a crença indígena e as suas manifestações religiosas. Conforme a BNCC, os rituais religiosos, ou ritos, são permeados por encenações gestuais que simbolizam histórias e eventos religiosos. Essas práticas são realizadas coletivamente em territórios sagrados, que podem incluir rios, montanhas e a natureza em geral, proporcionando uma vivência da identidade religiosa. Líderes religiosos desempenham um papel fundamental na transmissão dessas práticas, visando a difusão das crenças não apenas no âmbito religioso, mas também em esferas sociais como economia, política, cultura, educação,

---

<sup>99</sup> BRASIL, 2018, p. 436.

saúde e meio ambiente, integrando-se assim a uma unidade temática mais abrangente.<sup>100</sup>

## PLANO DE AULA 01

### 1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

---

**Nome da Instituição:** Faculdades Est  
**Nome do Curso:** Mestrado em Teologia  
**Componente Curricular:** Ensino Religioso  
**Horário:** 50 min  
**Pessoa Docente:** Christianne Silveira Fonteles

### 2 TEMA DA AULA:

---

**Tema:** CRENÇAS RELIGIOSAS E FILOSOFIA DE VIDA  
**Título:** Crenças, convicções e atitudes

### 3 OBJETIVOS:

---

#### Objetivo Geral

**(EF08ER01)** Discutir como as crenças e convicções podem influenciar escolhas e atitudes pessoais e coletivas.

**(EF08ER02)** Analisar filosofias de vida, manifestações e tradições religiosas destacando seus princípios éticos

#### Objetivos Específicos

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=6MWKojP83r8>

### 4 CONTEÚDOS:

---

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)
- Base Nacional Comum Curricular 4.5.1 Ensino Religioso
- Festejos Indígenas: Marcha indígena

### 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

---

Com vista a atingir os objetivos do plano, a aula inicia com o vídeo para os alunos se familiarizar com as diversas espiritualidades no Brasil com foco na espiritualidade indígena.

### 6 ATIVIDADE

---

Durante a apresentação será aberto debates para os alunos falarem sobre suas religiões e convicções. Falar sobre como a religião influencia no modo de vida dos alunos e como a espiritualidade indígena influencia na vida dos alunos e seus princípios éticos. Pesquisa sobre Marcha Indígena em reverência aos Tapebas.

---

<sup>100</sup> BRASIL, 2018, p. 438.

**7 RECURSOS DIDÁTICOS:**

---

Data show, vídeo e livros sobre o assunto, LDB e BNCC

**8 TEMPO**

---

5 min para o vídeo, 20 min para explicação e reflexão sobre o vídeo , 15 min para a atividade e 10 min para a avaliação

**9 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:**

---

Será feita através de efetiva participação dos alunos.

Criação de debate na turma sobre as manifestações e rituais na escola indígena.

**10 REFERÊNCIAS:**

---

<https://www.youtube.com/watch?v=6MwKojP83r8>

Lei de Diretrizes e Base da Educação

BNCC 4.5.1

Para o segundo plano de aula se destaca como tema as crenças religiosas e a filosofia de vida à luz das doutrinas religiosas. Conforme a BNCC<sup>101</sup>, na doutrina religiosa são encontradas concepções como ancestralidade, ressurreição e encarnação, que representam ideias de imortalidade sustentadas pelos códigos éticos e morais da existência terrena, servindo como uma filosofia de vida para os crentes. Para aquelas pessoas que não professam fé, seguem-se os códigos éticos que orientam o bom convívio em sociedade, ajudando a discernir o que é considerado certo e aceitável na coletividade.

**PLANO DE AULA 02****1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

---

**Nome da Instituição:** Faculdades Est

**Nome do Curso:** Mestrado em Teologia

**Componente Curricular:** Ensino Religioso

**Horário:** 50 min

**Pessoa Docente:** Christianne Silveira Fonteles

**2 TEMA DA AULA:**

---

**Tema:** CRENÇAS RELIGIOSAS E FILOSOFIA DE VIDA

**Título:** Doutrinas religiosas

**3 OBJETIVOS:**

---

**Objetivo Geral**

---

<sup>101</sup> BRASIL, 2018, p. 438.

**(EF08ER03)** Analisar doutrinas das diferentes tradições religiosas e suas concepções de mundo, vida e morte.

### **Objetivos Específicos**

<https://www.youtube.com/watch?v=bVx4WhrnBiU>

### **4 CONTEÚDOS:**

---

- Base Nacional Comum Curricular 4.5.1 Ensino Religioso
- Festejos indígenas: Ritual do Toré

### **5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:**

Com vista a atingir os objetivos do plano, a aula inicia com o vídeo para os alunos se familiarizar com as divindades indígena.

### **6 ATIVIDADE**

---

Através de vídeo, mostrar o conteúdo para facilitar a compreensão da turma sobre o assunto explanado.

Durante a apresentação será aberto debates para os alunos falarem sobre suas ancestralidades e a sua crença de vida após a morte. Os encantados que se manifestam aos escolhidos, aos quais habitam na natureza para servir a comunidade. Explicação sobre o Ritual do Toré que bebem a bebida sagrada Mocaroro.

### **7 RECURSOS DIDÁTICOS:**

---

Data show, vídeo e BNCC

### **8 TEMPO**

---

5 min para o vídeo, 20 min para explicação e reflexão sobre o vídeo , 15 min para a atividade e 10 min para a avaliação

### **9 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:**

---

Será feita através de efetiva participação dos alunos.

Criação de debate na turma sobre as manifestações e rituais na escola indígena.

### **10 REFERÊNCIAS:**

---

<https://www.youtube.com/watch?v=bVx4WhrnBiU>

Kopenawa, Albert, Bruce, Davi

A queda do céu : Palavras de um xamã yanomami / Davi Kopenawa e Bruce Albert ; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

Para o terceiro plano de aula se destaca como tema as crenças religiosas e a filosofia de vida à luz da esfera pública. Trata-se de tema relevante na medida em que a BNCC propõe uma aprendizagem fundamentada na realidade, buscando a promoção da liberdade religiosa, a equidade, e os direitos humanos como principais objetivos.<sup>102</sup>

## PLANO DE AULA 03

### 1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

---

**Nome da Instituição:** Faculdades Est

**Nome do Curso:** Mestrado em Teologia

**Componente Curricular:** Ensino Religioso

**Horário:** 50 min

**Pessoa Docente:** Christianne Silveira Fonteles

### 2 TEMA DA AULA:

---

**Tema:** CRENÇAS RELIGIOSAS E FILOSOFIA DE VIDA

**Título:** Crenças, filosofias de vida e esfera pública

### 3 OBJETIVOS:

---

#### Objetivo Geral

**(EF08ER04)** Discutir como filosofias de vida, tradições e instituições religiosas podem influenciar diferentes campos da esfera pública (política, saúde, educação, economia).

#### Objetivos Específicos

<https://www.youtube.com/watch?v=U422bmu3pCY>

### 4 CONTEÚDOS:

---

- Base Nacional Comum Curricular 4.5.1 Ensino Religioso

Educação Indígena Tapeba de Caucaia e seus festejos.

### 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Com vista a atingir os objetivos do plano, a aula inicia com o vídeo para os alunos se familiarizar com as leis que amparam a educação indígena dos Tapebas

### 6 ATIVIDADE

---

Através de vídeo, mostrar o conteúdo para facilitar a compreensão da turma sobre o assunto explanado.

Durante a apresentação será explanado as leis quem amparam a educação indígena no Ceará pelo CMEC valorizando a cultura e tradição desse povo. Realizar

---

<sup>102</sup> BRASIL, 2018, p. 438.



atividade de pesquisa na internet sobre os direitos a educação dos indígenas e valorização da sua cultura baseado nos festejos da Festa da Carnaúba e escrever um pequeno texto abordando a temática.

## **7 RECURSOS DIDÁTICOS:**

---

Data show, vídeo e BNCC

## **8 TEMPO**

---

5 min para o vídeo, 20 min para explicação e reflexão sobre o vídeo , 15 min para a atividade e 10 min para a avaliação

## **9 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:**

---

Será feita através de efetiva participação dos alunos.

Criação de debate na turma sobre as pesquisa. Cada aluno fazer uma contribuição de sua pesquisa.

## **10 REFERÊNCIAS:**

---

<https://www.youtube.com/watch?v=U422bmu3pCY>

Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998..p. : il-

1. Educação escolar indígena. 2. Currículo.  
Resolução do CMEC 012/2015

Para o quarto plano de aula se destaca como tema as crenças religiosas e a filosofia de vida à luz das mídias e tecnologias. É possível fazer o contraponto a partir daquilo que a BNCC expõe, no caso, a oralidade e os registros escritos, as narrativas religiosas são transmitidas de uma geração para outra, enaltecendo a cultura e a tradição de um povo, assim como os conjuntos de princípios e doutrinas religiosas. Esse processo de transmissão ocorre de maneira sistemática, visando uma compreensão homogênea das histórias e ensinamentos religiosos.<sup>103</sup>

## **PLANO DE AULA 04**

### **1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

---

**Nome da Instituição:** Faculdades Est

**Nome do Curso:** Mestrado em Teologia

**Componente Curricular:** Ensino Religioso

---

<sup>103</sup> BRASIL, 2018, p. 438.

**Horário:** 50 min

**Pessoa Docente:** Christianne Silveira Fonteles

## **2 TEMA DA AULA:**

---

**Tema:** CRENÇAS RELIGIOSAS E FILOSOFIA DE VIDA

**Título:** Tradições religiosas, mídias e tecnologias

## **3 OBJETIVOS:**

---

### **Objetivo Geral**

**(EF08ER07)** Analisar as formas de uso das mídias e tecnologias pelas diferentes denominações religiosas.

### **Objetivos Específicos**

<https://www.youtube.com/watch?v=Fl6hzj9ldUE>

## **4 CONTEÚDOS:**

---

- Base Nacional Comum Curricular 4.5.1 Ensino Religioso

Educação Indígena Tapeba de Caucaia e seus festejos.

## **5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:**

---

Com vista a atingir os objetivos do plano, a aula inicia com o vídeo para mostrar aos alunos que a tecnologia faz parte da vida dos indígenas e que eles podem ser o que eles quiserem com a ajuda das mídias e lutar pelos seus direitos. Com a ajuda do tablete fornecido pelo município em 2021 a todos os alunos da rede municipal de Caucaia, realizar pesquisas sobre a temática.

## **6 ATIVIDADE**

---

Através de vídeo, mostrar o conteúdo para facilitar a compreensão da turma sobre o assunto explanado.

Durante a apresentação será discutido as diversas formas do uso das mídias para divulgação da cultura indígena e educação de qualidade com o acesso à internet. Após a explicação, os alunos realizam pesquisas de *influencers* nas redes sociais que se destacam e escrever um comentário sobre a causa que esses *influencers* indígenas lutam.

## **7 RECURSOS DIDÁTICOS:**

---

Data show, vídeo e BNCC

## **8 TEMPO**

---

5 min para o vídeo, 20 min para explicação e reflexão sobre o vídeo , 15 min para a atividade e 10 min para a avaliação

## 9 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

---

Será feita através de efetiva participação dos alunos.

Criação de debate na turma sobre as pesquisas. Cada aluno faz uma contribuição de sua pesquisa.

## 10 REFERÊNCIAS:

---

<https://www.youtube.com/watch?v=Fl6hzj9ldUE>

Os planos de aula interligam o tema com os objetivos, as atividades e as metodologias para enaltecer o protagonismo, a autonomia e a construção colaborativa do saber, enquanto elementos fundamentais na educação. Para a construção deste saber,

Metodologias são grandes diretrizes que orientam os processos de ensino e aprendizagem e que se concretizam em estratégias, abordagens e técnicas concretas, específicas e diferenciadas. Metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida.<sup>104</sup>

Os autores destacam, ainda, que a aprendizagem se torna ativa e significativa quando progredimos em espiral, transitando de níveis mais simples para mais complexos de conhecimento e competência em todas as dimensões da vida. Essa evolução ocorre por meio de diversas trilhas, caracterizadas por movimentos, tempos e desenhos distintos, que se entrelaçam como mosaicos dinâmicos. Esses mosaicos apresentam diferentes ênfases, cores e sínteses, resultantes das interações pessoais, sociais e culturais em que estamos envolvidos. As pesquisas contemporâneas em neurociência corroboram que o processo de aprendizagem é singular e varia para cada indivíduo. Cada pessoa assimila aquilo que é mais relevante e faz sentido para si, estabelecendo conexões cognitivas e emocionais únicas.<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup> MORAN, José; BACICH, Lilian. **Metodologias Ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 41

<sup>105</sup> MORAN, José; BACICH, Lilian; 2017, p. 38 -39.



## **6 CONCLUSÃO**

A pesquisa buscou compreender como é ministrado o componente curricular de Ensino Religioso em uma escola pública indígena do município de Caucaia, quanto ao uso de material utilizado e planejamento do professor para ministrar o componente.

Observou-se que não existe material didático específico para as aulas de ER fornecida pelo município, pois o material é confeccionado pelos professores de acordo com as necessidades da escola, tais como datas comemorativas da comunidade indígena e os principais festejos que envolve toda a comunidade escolar, baseadas nas competências e habilidades orientadas pela BNCC para o fazer pedagógico alcançar o objetivo de desempenho e aprendizagem dos estudantes. Os docentes não participam de Formação Continuada específica de ER indígena para lecionar o componente curricular. Como docentes precisam complementar sua carga horária de 200 horas mensais, e geralmente ministram uma aula como complemento, as formações são voltadas para o componente curricular de maior carga horária, ou seja, para o componente curricular ao qual o professor tem formação.

A escola pesquisada mantém suas tradições através dos ensinamentos mútuos entre comunidade indígena e comunidade escolar interferindo no processo educativo valorizando sua cultura criando vínculo afetivo no cotidiano para o bom desenvolvimento da escola e valorização de sua cultura indígena.

Verificou-se que a gestão escolar participa das ações da escola em conjunto com todos para, através de diálogo com o corpo docente, o planejamento das aulas sejam favoráveis a necessidade da comunidade indígena objetivando o aprendizado de forma que a espiritualidade esteja envolvida na rotina da escola.

Na hipótese levantada na pesquisa, ficou evidenciado que o ER em escolas indígenas contemplam a cultura da comunidade, pois a cultura indígena é respeitada e valorizada pela sua comunidade com respaldos da Secretaria de Educação do município de Caucaia, que constrói seu calendário escolar respeitando todas as necessidades da comunidade indígena, além de priorizar os professores que possuem carta de pertencimento indígena para lecionarem, não só na escola pesquisada, mas em todas as escolas indígenas do município.

Observou-se que os professores constroem seus planejamentos e atividades com metodologias que colaborem com o aprendizado dos estudantes conforme a necessidade da comunidade indígena para tornar o ambiente escolar favorável a troca de ideias compartilhadas entre todos e que valorizem sua ancestralidade, espiritualidade e equidade perante a sociedade.

Os objetivos da pesquisa foram atingidos, pois constatou-se que não há material didático. Ele é construído pela pessoa docente com suporte dos documentos norteadores da LDB e da BNCC. A partir disso, há o esforço em valorizar a espiritualidade indígena, mesmo sem formação continuada específica para a docência do componente curricular de ER.

Por fim, a pesquisa pretende colaborar com a educação referente ao ER indígena para os estudantes, mostrando a importância da espiritualidade na escola indígena dentro do planejamento de aula e rotina escolar e abrir espaço para novas discussões temáticas que venham colaborar com o suporte que os docentes precisam para lecionar com propriedade o componente curricular, tais como as Formações Continuadas com foco no ER e suporte de material didático que os ajudem a planejar suas aulas com qualidade.

## REFERÊNCIAS

ADELCO. **Plano de Gestão Territorial e Ambiental Indígena Tapeba**. Fortaleza, 2018a.

ADELCO. **Situação dos Povos Indígenas no Ceará**. Fortaleza, 2018b.

AIRES, Max Maranhão Piorsky. De aculturados a índios com cultura: estratégias de representação do movimento dos professores Tapeba em zona de contato. **Tellus**, Campo Grande, ano 8, n. 15, p. 83-112, jul./dez, 2008.

AIRES, Max Maranhão Piorsky. Visibilidade, estratégias políticas e colonialismo: as demandas por uma escola para os índios Tapeba. **Notícias de antropologia y arqueologia**, Argentina, v. 2, 2003.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2a ed. ver. e ampl. São Paulo: Moderna, 1998.

ASSMANN, Hugo. **Curiosidade e prazer de aprender**: o papel da curiosidade na aprendizagem significativa. Petrópolis: Vozes, 2004.

BACELAR, Lindalva Pereira. **Projeto Político Pedagógico (PPP) Função Social da Escola e Gestão do PPP**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha/UANE/Instituto Albanisa Sarasate, 2016.

BARRETTO FILHO, H. T. Invenção ou renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. In OLIVEIRA, J. P. de (org). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2a ed. Rio de Janeiro: Contra-capa, 2004.

BARRETTO FILHO, H. T. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Tapeba**. Brasília: 2006.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, p. 20-28, 2002.

BRANDENBURG, Laude Erandi; FUCHS, Henri Luiz; KLEIN, Remi; WACHS, Manfredo Carlos. **Ensino religioso na escola**: bases, experiências e desafios. São Leopoldo: Oikos, 2005

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2018. Disponível em: <Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase> >. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). **Resolução nº 2**, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 41-44, 22 dez.2017a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 05 nov. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Matriz de referência de ciências humanas do SAEB**. Brasília, DF: INEP, 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF: 23, dezembro, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.475**, de 22 de julho de 1997. Estabelece mudança no artigo 33 da Leis e Diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF: 23 de julho, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. s/d. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em 10 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer do Conselho Nacional de Educação nº CP 8**. Relator: Ivan Cláudio Pereira Siqueira. Brasília, 08 de outubro de 2019. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=138411-pceb008-19&category\\_slug=janeiro-2020&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=138411-pceb008-19&category_slug=janeiro-2020&Itemid=30192). Acesso em 07 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico**. Brasília: MEC, SEB, 2004. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 4).

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 25 jun. 2014. Disponível em: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, DF: MEC: CONSED: UNDIME, 2017b.

CASTRO, Rogério Paiva; DE OLINDA, Ercília Maria Braga. Contextualizações do Ensino Religioso na educação pública municipal de Juazeiro do Norte—Ceará: diálogos possíveis. **PLURA, Revista de Estudos de Religião/PLURA, Journal for the Study of Religion**, v. 12, n. 2, p. 206-221, 2021.

CAUCAIA. **O município**. 2023 Disponível em: <https://www.caucaia.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em 19 nov. 2023.



CEARÁ. **Os 7 Cearás**. Proposta didática para alfabetizar letrando do 2o ano: caderno do professor – 1a e 2a etapa. Fortaleza: SEDUC, 2014.

CEARÁ. **RESOLUÇÃO Nº 474/2018**. Fixa normas complementares para instituir o Documento Curricular Referencial do Ceará, Princípios, Direitos e Orientações, fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil e do ensino fundamental e orienta a elaboração de currículos e sua implementação nas unidades escolares dos sistemas estadual e municipais do Ceará. Conselho Estadual de Educação, 2018.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Orientações pedagógicas para 2020/ Secretaria de Educação do Estado do Ceará**. Fortaleza: SEDUC, 2019.

CECCHETTI, Elcio; TEDESCO, Anderson Luiz. Rede nacional das licenciaturas em ensino religioso e o movimento de decolonização religiosa da escola. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 31, n. 66, p. 133-149, 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e religiões: a descolonização religiosa da Escola Pública**. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

CURY, C. R. J. A educação e a primeira constituinte Republicana. In: FÁVERO, O. (Org.) **A Educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. Campinas: Autores Associados, 2001.

FAUSTINO, T. Ciências da Religião e Teologia. In: PASSOS, J. D.; USARSK, F. (org.). **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas, 2013.

FOSSILE, Dieysa K. Construtivismo versus sócio-interacionismo: uma introdução às teorias cognitivas. **Revista ALPHA**, Patos de Minas: UNIPAM, v. 11, p. 105-117, ago. 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Toré e Jurema: emblemas indígenas no Nordeste do Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 60, n. 4, p. 43-45, 2008.

JANGADA ON-LINE. **Caucaia concentra 30% de todos os índios do Ceará**. Especial Índios. 19 de abril de 2019. Disponível em: <https://jangada.online/blogdecaucaia/2019/04/19/caucaia-concentra-30-de-todos-os-indios-do-ceara/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

JUNQUEIRA, S. R.; OLIVEIRA, L. B. **A construção histórica de um componente curricular brasileiro: o ensino religioso**. 1998. Disponível em: [http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/422SergioJunqueira\\_e\\_LilianBlanc k.pdf](http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/422SergioJunqueira_e_LilianBlanc k.pdf). Acesso em 5 nov. 2023.

KLEMZ, Charles. **O rosto de Cristo na diversidade humana das redes sociais digitais**. São Leopoldo, RS, 2023. (177 p.) Tese (Doutorado) - Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2023 Disponível em: [http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/1167/1/klemz\\_c\\_td.pdf](http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/1167/1/klemz_c_td.pdf). Acesso em: 9 out. 2023.

LEITE NETO, J. **Índios e Terras: 1850-1880**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006.

LIBÂNIO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜDKE, M.; CRUZ, G. B. da. Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica. **Formação Docente** - Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 2, n. 3, p. 86-107, 18 dez. 2010.

MARTINS, Yansen Filippini. **Conflito de normas constitucionais: o estado laico e a liberdade religiosa**. 2018. Monografia de Especialização (Especialização em Direito Constitucional) - Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

MORAES, Abimar Oliveira. Abordagens dos Fenômenos religiosos: cenários e desafios atuais. **Revista Pistis & Praxis**, v. 13, n. 1, 2021.

MORAN, José; BACICH, Lilian. **Metodologias Ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. Refletindo sobre o passado, o presente e as propostas futuras na formação de professores. **Revista Internacional de Formação de Professores**, v. 1, n. 2, p. 172-186, 2016.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. Refletindo sobre o passado, o presente e as propostas futuras na formação de professores. **Revista Internacional de Formação de Professores**, v. 1, n. 2, p. 172-186, 2016.

PEREIRA, Denise; ESPÍRITO SANTO, Janaína de Paula do. **Culturas e história dos povos indígenas**. Ponta Grossa: Atena, 2020.

PNLD. **Guia Digital PNLD2024**. Obras Didáticas. [https://pnld.nees.ufal.br/pnld\\_2024\\_objeto1\\_obras\\_didaticas/inicio](https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2024_objeto1_obras_didaticas/inicio). Acesso em 10 nov. 2023.

PONTES, Felipe Eversom Camargo. Programas de incentivo à leitura no Brasil: uma análise do PNLD Literário 2020. **Revista Alere**, v. 21, n. 1, p. 251-270, 2020.

RATTS, A. J. P. **Fronteiras invisíveis: Territórios negros e indígenas no Ceará**. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo, USP, 1996.

REESINK, Edwin. O Toré é uma dança ou ritual que encontra disseminado entre quase todos os povos indígenas que habitam na região do Nordeste. O Gavião e a

Arara: Etno-histórias Kiriri. *In*: ALMEIDA, L. S. de; GALINDO, M.; SILVA, E. (Orgs.). **Índios do Nordeste**: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 1999b.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.

SILVA RIBEIRO, Marcio Henrique. Experiência pedagógica sobre pluralidade religiosa. **Pesquisas em Teologia**, v. 6, n. 11, p. 124-143, 2023.

SILVA, I. B. P. da. **Vilas de índios no Ceará Grande**: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Campinas, UNICAMP, 2003.

SOARES, Afonso Maria Ligorio. Ciência da Religião, Ensino Religioso e Formação Docente. **REVER: revista de estudos da religião**, v. 9, 2009.

TAPEBA, M. **Quem deu esse nó?** Cânticos tradicionais indígenas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s1taW0uh7Ns>. Acesso em 19 nov. 2023.

TÓFOLI, A. L. F. de. **Retomada de terras Tapeba**: entre a afirmação étnica, os descaminhos da demarcação territorial e o controle dos espaços. Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Lara. **O Povo**, Indígenas ocupam ruas de Caucaia em marcha de homenagem ao Dia do Povo Tapeba, 03 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/caucaia/2023/10/03/indigenas-ocupam-ruas-de-caucaia-em-marcha-de-homenagem-ao-dia-do-povo-tapeba.html>. Acesso em 15 nov. 2023.

VYGOTSKI, L. S. **Problemas de la psicología infantil**. Madrid: Visor, 1996. (Obras escogidas, Tomo IV).



# ANEXO 1 – CALENDÁRIO LETIVO 2023 – CAUCAUA/CE



Secretaria Municipal de Educação

## CALENDÁRIO LETIVO 2023 ESPECÍFICO E DIFERENCIADO UNIFICADO DAS ESCOLAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E DO CAMPO MUNICIPAIS DE CAUCAIA

JANEIRO - 2023						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

RECUPERAÇÃO FINAL 2022  
RECESSO DOS PROFESSORES

FEVEREIRO - 2023						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28				

JORNADA PEDAGÓGICA  
Família na Escola: 6

MARÇO - 2023						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO  
Dia internacional da mulher: 8  
Dia mundial da água: 22  
Memória da Resistência: 30

ABRIL - 2023						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

ATIVIDADES AVALIATIVAS  
SEMANA INDÍGENA  
RECUPERAÇÃO PARALELA  
SÁBADO LETIVO  
Folha do piscicultura: 5  
Dia da Luta pela Terra: 17

MAIO - 2023						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

PRAZO FINAL DO DIÁRIO ONLINE DO 1º PERÍODO  
SÁBADO LETIVO  
Semana Paulo Freire: 2 a 5  
Folha Cultural Afro: 12  
Festa da Colheita: 24

JUNHO - 2023						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

SÁBADO LETIVO  
ATIVIDADES AVALIATIVAS  
FEIRA CULTURAL ESCOLAS DO CAMPO  
RECUPERAÇÃO PARALELA  
Dia do meio ambiente: 05  
Ano novo Anace: 05  
Dia do 1º Sertão: 16  
Dia do Encanto Anace: 17

JULHO - 2023						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

FÉRIAS  
ENCONTRO PEDAGÓGICO  
Folha do colônia: 01  
Dia indígena indígena: depende quinone  
Dia do 1º Sertão: 16  
Ano novo indígena: 01 a 05

AGOSTO - 2023						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

INÍCIO DO 2º SEMESTRE  
PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO  
PRAZO FINAL DO DIÁRIO ONLINE DO 2º PERÍODO  
SÁBADO LETIVO  
Espiritualidade Espinha: 07  
Semana Otona Piquany: 08 a 10  
Dia Internacional do Livro: 08  
Gravata Estudante: 11

SETEMBRO - 2023						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

FESTA DA MANDIOCA  
FEIRA CULTURAL  
Dia Internacional Mulher Indígena: 5  
Dia do Anace: 21  
Dia D de Leitura Ance: 22

OUTUBRO - 2023						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

ATIVIDADES AVALIATIVAS  
RECUPERAÇÃO PARALELA  
PRAZO FINAL DO DIÁRIO ONLINE DO 3º PERÍODO  
FEIRA CULTURAL TAPÉBA  
SÁBADO LETIVO  
Marcha dia do Índio Tapéba: 3  
Dia Nacional da Agroecologia: 3  
Semana da Criança do Campo: 9 a 11  
Celebração Roraima Agrária: 11  
Dia Mundial da Alimentação: 16

NOVEMBRO - 2023						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

SÁBADO LETIVO  
Levante do povo Anace: 3 e 4  
Olimpíada quilombola: 6 a 8  
Consciência negra: 20

DEZEMBRO - 2023						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

ATIVIDADES AVALIATIVAS  
RECUPERAÇÃO PARALELA  
Festival esportivo étnico: 4 a 6  
Encerramento ano letivo: 29

JANEIRO - 2024						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

RECUPERAÇÃO FINAL  
PRAZO FINAL DO DIÁRIO ONLINE DO 4º PERÍODO  
RECESSO DOS PROFESSORES  
JORNADA PEDAGÓGICA

FEVEREIRO - 2024						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	

JORNADA PEDAGÓGICA  
INÍCIO DO ANO LETIVO  
Dia de Família na Escola: 5

RESUMO			
MÊS/ANO	DIAS/LETIVOS	MÊS/ANO	DIAS/LETIVOS
FEV/2023	14	AGO/2023	23
MAR/2023	23	SET/2023	20
ABR/2023	18	OUT/2023	22
MAI/2023	23	NOV/2023	21
JUN/2023	21	DEZ/2023	20
1º Semestre	99	2º Semestre	106
1º Período Letivo	06/02/2023 à 28/04/2023	2º Período Letivo	02/05/2023 à 30/06/2023
3º Período Letivo	01/08/2023 à 21/10/2023	4º Período Letivo	23/10/2023 à 29/12/2023
80 dias letivos	49 dias letivos	53 dias letivos	53 dias letivos

FERIADO REPOSIÇÃO DE AULA